

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
PLAGEDER**

**HÉRICK TEIKOWSKI RODRIGUES**

**MONOCULTURA DE TABACO EM SÃO LOURENÇO DO SUL: UMA DISCUSSÃO  
SOBRE DIVERSIFICAÇÃO**

**São Lourenço do Sul**

**2017**

**HÉRICK TEIKOWSKI RODRIGUES**

**MONOCULTURA DE TABACO EM SÃO LOURENÇO DO SUL: UMA  
DISCUSSÃO SOBRE DIVERSIFICAÇÃO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva  
Coorientador: Me. Eduardo Rodrigues Sanguinet

**São Lourenço do Sul**  
**2017**

**HÉRICK TEIKOWSKI RODRIGUES**

**MONOCULTURA DE TABACO EM SÃO LOURENÇO DO SUL: UMA  
DISCUSSÃO SOBRE DIVERSIFICAÇÃO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 22 de novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Leonardo Xavier – Orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Daniela Wives Garces  
UFRGS

---

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel  
UFRGS

## **DEDICATÓRIA**

A minha Família que é oriunda da agricultura, porém abandonaram as raízes agrícolas para me oportunizar melhores condições de estudo, dedico-lhes essa conquista como gratidão.

## **AGRADECIMENTOS**

Eu gostaria de agradecer a meus pais, Sr. Luiz Carlos e Sra. Helena Beatriz, agricultores de nascimento, por toda fé em mim confiada para completar uma graduação superior, oportunidade que eles não tiveram em suas épocas. Agradeço a minha filha Ana Maria pelas horas de estudo ao meu lado, a Cristina que sempre me apoiou e por muitas vezes serviu como orientadora diante das dificuldades acadêmicas. A UFRGS pela vida acadêmica intensa, mas com muita qualidade. A TANAC e TANAGRO, por compreender e incentivar minha graduação. Amigos e colegas que fizeram parte desta jornada. OBRIGADO!

## **EPIGRAFE**

*“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.*  
(ARTIGOº. 225, da Constituição Federal Brasileira)

## RESUMO

O objetivo deste estudo é discutir as oportunidades da diversificação produtiva em São Lourenço do Sul. Este objetivo está em consonância com a discussão sobre os eventuais problemas econômicos que a monocultura fumageira pode causar aos agricultores, que têm a cultura do tabaco como única fonte de renda e estão sujeitos a influências de clima, mercado e pragas e doenças que possam interferir na safra e prejudicar os rendimentos financeiros. A diversificação é discutida como alternativa para a região de São Lourenço do Sul. Para tal, procedeu-se com uma pesquisa exploratória em que buscou-se disponibilizar informações relacionadas, ao porquê da formação da monocultura fumageira no município e a importância do extensionismo da EMATER/RS-ASCAR para os agricultores. Os resultados apontam que a monocultura do tabaco está presente no município de São Lourenço do Sul pelo fato de ser rentável economicamente nas propriedades de minifúndio que buscam rendimento em pouca quantidade de terra disponível. Conclui-se que a diversificação da produção em áreas agrícolas é uma alternativa para os agricultores que queiram ampliar o leque de possibilidades econômicas e que a atuação da EMATER é de suma importância para multiplicar os conhecimentos e auxiliar na execução das atividades.

**Palavras-chave:** Monocultura do Tabaco, Diversificação. Extensão rural.

## **ABSTRACT**

The objective of this study is discussing the opportunities of productive diversification in São Lourenço do Sul city. This target is in consonant with the discussion about the possible economic issues that the tillage of tobacco on monoculture can cause tobacco growers who has this culture as the only source of income and they depend on climate changes, market, pests and diseases that may interfere in their earnings. Diversification is debating as an alternative for this region. For this, a research study was doing, where we searched to provide information about it, the reason the tobacco monoculture in the municipality and the importance of the EMATER/RS-ASCAR to the farmers. The results indicate that the tobacco monoculture is cultural in São Lourenço do Sul, due to the fact that this culture is profitable to the small growers, because they have little land to grow. Also the diversifications of the yields is an alternative to the farmers who would like to extend their income and the EMATER is very important to support the small growers in their activities.

**Keywords:** monoculture of tobacco, Diversification. Rural Support



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cadeia produtiva do fumo.....	24
Figura 2 – Localização do município de São Lourenço do Sul, RS.....	33
Figura 3 – Número de propriedades e caracterização da produção.....	40
Figura 4 – Porcentagem de atendimentos em público diversos.....	51

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção de lavouras anuais – hectares.....	37
Tabela 2 – Valor da produção anual.....	38
Tabela 3 – Perfil dos fumicultores.....	41
Tabela 4 – Produção em hectares e valor da safra.....	43
Tabela 5 – Perfil produtivo dos fumicultores sul – Brasileiro.....	45
Tabela 6 – Assistência da EMATER nas propriedades rurais.....	53
Tabela 7 – Orientação da EMATER para crédito rural .....	54

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR	– Associação de Crédito e Assistência Rural
AFUBRA	– Associação dos Fumicultores do Brasil
AIA	– American International Association
ANCAR	– Regional da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
ANEEL	– Agência Nacional de Energia Elétrica
ASCAR	– Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
BCB	– Banco Central do Brasil
CBAR	– Comissão Brasileiro-Americana de Educação Das Populações Rurais
EMATER/RS	– Associação Rio-grandense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER	– Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEE	– Fundação de Economia e Estatística
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	– Organização Mundial da Saúde
ONU	– Organização das Nações Unidas
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
1.1.1	<b>Objetivos Geral</b> .....	18
1.1.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	18
1.3	JUSTIFICATIVA .....	18
1.4	ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO .....	19
<b>2</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>21</b>
2.1	MONOCULTURA DO FUMO .....	21
2.2	CADEIA PRODUTIVA DO FUMO .....	24
2.3	DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA .....	27
2.4	INICIO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E RIO GRANDE DO SUL .....	28
2.5	PAPEL DA EXTENSÃO RURAL NA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA .....	30
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO E SÓCIO ECONÔMICO DE SÃO LOURENÇO DO SUL</b> .....	<b>33</b>
3.1	O MUNICÍPIO .....	33
3.2	LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIAIS .....	34
3.3	SOLO E RELEVO .....	35
3.4	CULTURA E ECONOMIA .....	35
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>36</b>
4.1	TIPO DE PESQUISA .....	36
4.2	UNIDADE DE ANÁLISE .....	36
4.3	COLETA E ANÁLISE DE DADOS .....	37
4.4	ASPECTOS ÉTICOS .....	38
<b>5</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	<b>39</b>
5.1	DETERMINANTES DA MONOCULTURA FUMAGEIRA E PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES .....	39
5.2	DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ....	44
5.3	VISÃO DA ATUAÇÃO DA EMATER E A POSSIBILIDADE DE DIVERSIFICAÇÃO .....	50
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>57</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>59</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO</b> .....	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A produção do tabaco em São Lourenço do Sul/RS teve início a partir de meados de 1988, no momento que outras atividades agrícolas deixaram de suprir as necessidades econômicas dos agricultores e com a chegada de grandes empresas ligadas ao fumo na região, que oportunizam contratos de compra do tabaco in natura, firmado parcerias com os agricultores locais.

O início das atividades de empresas ligadas ao fumo contribuiu para modificar o cultivo no município. Esta influência, exercida pela dinâmica econômica das empresas fumicultoras, afetou a forma de organização produtiva agrícola exercida pelos agricultores, que tinha como base a produção alimentar de várias culturas, principalmente a produção de batata. O que influenciou, também, mudanças na paisagem agrícola de municípios e nos sistemas produtivos, que passou a visar as garantias de renda ofertadas aos agricultores por contratos de empresas do ramo do tabaco.

O tabaco no município lourenciano não era uma atividade comum entre os agricultores, pois a demanda por alimentos no mundo após a II Guerra, colaborou para que o município de São Lourenço do Sul se tornasse um dos maiores produtores de batatas no país. De acordo com Riechert et. al. (2011), a produção de batatas passou a ser cultivada principalmente pelos agricultores de minifúndio, o que levou o município a ser considerado o maior produtor do Brasil. (REICHERT et al. 2011).

De acordo com Lima (2006), a batata foi o produto que fortaleceu o município e, principalmente, a agricultura das pequenas propriedades antes da introdução do fumo em meados de 1988. A batata foi considerado o produto mais importante até então, com geração de renda e movimentação econômica na região, tendo uma capacidade produtiva de atender diversas regiões do Brasil e entrando, inclusive, na cadeia de exportação.

Para Pereira e Daniels (2003 *apud* REICHERT et al., 2011), o declínio da atividade da batata estava relacionado com.

“[...] os custos crescentes de produção, a baixa capacidade competitiva, em relação às produções do centro do país, e o elevado padrão do produto no mercado nacional, obtido pelo uso de tecnologias incompatíveis com o modelo da agricultura familiar praticado”. (PEREIRA; DANIELS, 2003 *apud* REICHERT et al, 2011).

A produção do tabaco tornou-se importante no momento que houve o enfraquecimento da atividade agrícola relacionada à comercialização da batata, emergindo, assim, como

alternativa financeira para as famílias de agricultores da região que visavam a promessa dos bons retornos financeiros e econômicos da venda do tabaco para os pequenos minifúndios.

Conforme Carvalho (2013), pode-se dizer que a fumicultura em meados de 1988, ganhou o espaço antes ocupado pelo cultivo da batata, pós modernização da agricultura que ocorreu devido à alta rentabilidade por área plantada e comercialização garantida.

Atualmente, o fumo é uma alternativa viável para os agricultores, pois o valor econômico atingido numa pequena propriedade e pela facilidade de venda do produto, garante retornos financeiros. O sindicato do ramo fumageiro (SINDITABACO, 2017), aponta o Brasil como um dos maiores exportadores e o segundo maior produtor de tabaco do mundo, com 706 mil toneladas anuais, em que 90% desta produção é oriunda da agricultura exercida na região sul do Brasil, numa atividade espalhada por 756 municípios e 160 mil famílias envolvidas.

São cerca de dez indústrias, em geral transnacionais, nos três estados do Sul. (SINDITABACO, 2017). As empresas tabagistas produzem cigarro ou enviam folhas ao exterior, com um sistema baseado na produção da agricultora familiar, incentivando os agricultores com financiamento de insumos, assistência técnica e compra da safra. (SINDITABACO, 2017).

O município de São Lourenço do Sul destina cerca de 10.000 hectares para produção de fumo, considerando que o total da área agrícola do município é de 42.070 ha, restando 32.072 ha, disponíveis para outras atividades agrícolas. A produção no município lourenciano segundo IBGE (2017), gera 18.900 toneladas anuais, e movimenta a economia de São Lourenço em 128.142 mil reais. (IBGE, 2017). Valores expressivos para uma cultura produzida por pequenas propriedades, na sua maioria minifúndios. (IBGE, 2016).

A monocultura fumageira estabelecida no município de São Lourenço do Sul causa uma dependência econômica aos agricultores que visam somente aos ganhos obtidos pelo tabaco, o que pode trazer prejuízo econômico para as famílias que dependem totalmente do fumo como fonte de renda. A diversificação produtiva das atividades agrícolas nas propriedades pode ampliar os ganhos financeiros, gerar aumento de alimentos e diminuir a dependência do fumo.

O perfil do agricultor lourenciano é compatível para plantios diversificados de espécies, pois o tabaco é uma atividade recente e só ganhou espaço pela comodidade econômica que os contratos com empresas geram, portanto, a diversificação não teria maiores problemas para ser implementado ao logo da safra anual.

Para Conterato (2008, p. 31), a diversificação das atividades das famílias pode ser mais do que uma estratégia individualista, a sustentabilidade gerada através da diversificação poderá trazer benefícios múltiplos, pois, a diversidade de renda gerada na propriedade favorecerá a

economia local e consolidará um mercado de trabalho para meio rural. A multifuncionalidade das propriedades quando explorada.

Conforme Perondi que cita Ellis (2000).

[...] “é importante perceber a diferença entre o processo de diversificação dos modos de vida e sua diversidade em si. A diversificação é a criação de diversidade em processos sociais e econômicos que pressionam, mas também oportunizam, à família se adaptar e diversificar o seu meio de vida. A diversidade é um agregado dos modos de vida no contexto mais amplo, podendo ser inclusive, um indicador de desenvolvimento rural”. (ELLIS 2000, *apud* PERONDI, 2008, p.7).

A diversificação passa por caminhos escolhidos pelos agricultores que podem ter neste modelo prático a alternativa viável para superar a dependência econômica gerada através do plantio da monocultura do fumo. Deponti e Schneider (2013), salientam que a falta de entendimento por parte dos agricultores poderá ser uma barreira para adesão da diversificação produtiva.

A falta de compreensão por parte dos agricultores do que significa a diversificação produtiva é, talvez, o fator determinante da dificuldade de avanço no processo, pois muitos entendem a diversificação como substituição ou conversão produtiva, outros como uma simples substituição de cultivos e outros, ainda, como uma alteração no sistema produtivo. (DEPONTI; SCHNEIDER, 2013, p. 200).

A EMATER/RS tem como papel orientar, assistir e incentivar os agricultores e tem sugerido a diversificação como alternativa a monocultura e pode guiar os agricultores a compreender e superar barreiras como citadas por Deponti e Schneider (2013). A atuação do extensionista rural praticado pelos técnicos da EMATER/ASCAR colabora com os agricultores instruindo as possíveis alternativas de diversificação. Para Deponti e Schneider (2013), a função do extensionismo é levar conhecimento, tecnologias, aspectos produtivos e abordar a educação no meio rural.

Baseado na realidade de monocultura fumageira e tendo em vista o problema da dependência econômica que a atividade tabagista gera na região lourenciana, este estudo, procurou levantar informações sobre o perfil dos agricultores de tabaco, espaço territorial ocupado com a monocultura do tabaco e outras culturas anuais produzidas em São Lourenço do Sul e discutir o papel da EMATER enquanto extensionista do meio rural.

Diante do exposto, considerando-se o perfil produtivo agropecuário de São Lourenço do Sul que é demarcado pela monocultura do tabaco desde os anos de 1988, e dado que o envolvimento das famílias neste tipo de produção gera dependência econômica a partir da monocultura fumageira e produção agrícola nos minifúndios de produto não alimentar, este

estudo discute o papel da diversificação produtiva enquanto elemento importante para que os agricultores familiares possam sair da dependência econômica do tabaco ou qualificar seu leque produtivo de opções de atuação. Neste sentido, o problema de pesquisa deste estudo é a dependência econômica que o monocultivo do tabaco causa para os agricultores, diante a riscos econômicos ou de safra que possam prejudicar economicamente os agricultores que não tem a diversificação da propriedade como alternativa de ganhos.

## 1.2 OBJETIVOS

Este estudo está organizado diante do seu objetivo geral e dos seus específicos, tais como especificam as subseções 1.2.1 e 1.2.2.

### 1.2.1 Objetivo geral

Discutir as possibilidades da diversificação produtiva em São Lourenço do Sul como alternativa a dependência econômica da monocultura fumageira;

### 1.2.2 Objetivo específicos

Este trabalho tem a intenção de atingir os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar os determinantes da realidade monocultora de tabaco em São Lourenço do Sul;
- b) Avaliar a percepção da EMATER/RS- ASCAR locais no que tange às possibilidades da diversificação produtiva;

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Os elementos de justificativa para a presente pesquisa relacionam-se a fatores da monocultura das plantações de fumo de São Lourenço do Sul, tornar-se a base econômica para as famílias, tendo uma relação de oligopsônio<sup>1</sup> entre agricultores e empresas, pois a comercialização da matéria-prima que, no caso é o fumo *in natura*, é adquirida por poucas empresas de grande porte financeiro que industrializam o produto bruto e transformam em

<sup>1</sup> Oligopsônio é um tipo de estrutura de mercado que se caracteriza por haver um número pequeno de compradores (MIELE, 2011).



produto final para o consumidor, esta dependência da compra do produto dos agricultores está relacionada a comercialização do produto final que é o cigarro e derivados, que, citado anteriormente, tem um bom mercado mundial. A produção do tabaco traz impactos negativos a médio e curto prazo para o agricultor, por serem práticas que necessitam da aplicação de agrotóxicos com um controle mínimo de uso de equipamentos de proteção individual para o usuário, com classes toxicológicas de alto risco de contaminação para os agricultores, causando males irreversíveis a saúde humana e animal, além de causar modificações ao meio ambiente através da contaminação química do sol e lençol freático e dependência econômica de uma única atividade.

Esta pesquisa trará a diversificação produtiva como estudo de alternativa aos agricultores da região lourenciano, com a finalidade de ajudar a diminuir os possíveis problemas econômicos, ambientais e de saúde, que a dependência da cultura pode trazer aos agricultores.

A geração de conhecimento que este trabalho se propõe abordar, sobre as famílias que dependem da monocultura fumageira, pretende trazer informações para colaborar com o desenvolvimento via diversificação das propriedades ou gerar informações para uma estruturação por parte do município para atender as famílias que estão sujeitas a risco econômico que qualquer produção agrícola corre.

#### 1.4 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Este trabalho acadêmico está organizado em seis capítulos, conforme descrição a seguir:

O Capítulo 1, apresenta a Introdução, problema de pesquisa, objetivos, justificativa e organização do estudo.

No Capítulo 2, aborda a revisão teórica sobre, a monocultura do fumo no Brasil, cadeia produtiva do fumo, diversificação produtiva, início da extensão rural no Brasil e missão da EMATER/ASCAR, que serviu como referência literária para a elaboração deste trabalho acadêmico.

O Capítulo 3, caracteriza o município com uma breve introdução da cultura local, economia, tipo de solo e história de São Lourenço do Sul.

No Capítulo 4, está descrito a metodologia utilizada para construir a pesquisa e resultados.

Já o Capítulo 5, traz os resultados obtidos através de pesquisa em fontes como FEE, AFUBRA e IBGE e discussões acadêmicas sobre soluções viáveis a monocultura do fumo.

O Capítulo 6, remete as considerações finais e visão do autor sobre os temas abordados.

O próximo capítulo, revisão da literatura apresenta os principais conceitos ligados a monocultura fumageira, cadeia produtiva, diversificação e extensionismo rural.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo visa a referenciar com outros autores os temas sobre a monocultura do fumo no Brasil e em São Lourenço do Sul, cadeia produtiva do fumo, diversificação produtiva, início da extensão rural no Brasil e missão da EMATER/RS-ASCAR, e debater a importância de cada um para a agricultura.

Este capítulo está organizado em 4 subseções. Na subseção 2.1, será abordado a monocultura do fumo e a influência sobre o município lourenciano.

A subseção seguinte 2.2 é dedicada a cadeia produtiva do fumo e a relação com São Lourenço do Sul.

A subseção 2.3 é dedicada a diversificação produtiva e a importância dessa alternativa para o município.

As subseções 2.4 e 2.5 são dedicadas ao início do extensionismo rural a nível de Brasil e município de São Lourenço do Sul.

### 2.1 MONOCULTURA DO FUMO NO BRASIL E EM SÃO LOURENÇO DO SUL

O objetivo desta seção é abordar a origem da monocultura do tabaco e como se tornou tão importante para os agricultores a ponto de se tornar uma preferência para as propriedades de minifúndio.

O tabaco no Brasil já era utilizado pelos povos indígenas que habitavam as terras antes das chegadas dos “descobridores” europeus no nosso continente e, de acordo com o que Guerreiro (1995 *apud* SILVA 2002, p. 13), relata ser difícil apontar com maior precisão o lugar específico da origem da planta do tabaco, mas que acredita ser originária da América do Sul, baseando-se no seu primeiro nome científico, *Nicotina Rustica*, encontrada no México. O tabaco foi levado para a Europa para fins medicinais, segundo crenças, a planta ajudava na cicatrização de ferimentos, SOUZA CRUZ (2001), descreve que marinheiros levavam a planta para alto mar para ajudar a passar o tempo e, também, acreditando que o pó poderia cicatrizar ferimentos com maior eficiência e rapidez.

Como se verifica, o fumo foi introduzido no hábito europeu, a partir da crença de suas propriedades farmacológicas. Tanto a corte portuguesa, quanto a francesa, passaram a consumir o produto, tornando-o um sucesso no meio, na esperança de curas milagrosas de enfermidades dos nobres. (SILVA, 2002, p. 21).

No Brasil, a comercialização do tabaco inicia-se no século XVII, com a finalidade de ajudar comercialmente as relações entre Portugal, Brasil colônia e países Europeus. Já os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina tiveram suas plantações em destaque a partir de 1850 com plantações vindas de pequenas propriedades de imigrantes Alemães.

Atualmente, o Rio Grande do Sul tem sua produção nas variedades Virginia e Burley, espécies com mais aceitação de mercado. As folhas são secadas em estufas a base de lenha ou à energia elétrica, dependendo da infraestrutura do agricultor ou da quantidade plantada que precisará ser seca para a comercialização em arrobas de fumo. A produção fumageira no município de São Lourenço do Sul tem por característica as pequenas propriedades rurais, localizadas em lugares elevados, livres de muita umidade. A escolha pelo melhor lugar para agricultura é exercida desde a colonização, pois o povo alemão Pomeranos estabeleceram suas raízes as margens da lagoa dos patos e fizeram da agricultura e do plantio do fumo sua opção de sustento. Segundo Silva (2002).

[...] “81% das famílias que cultivam o produto o fazem em minifúndios de até vinte hectares. Situam-se em áreas de baixa produtividade e de topografia acidentada, o que exige o uso intensivo de insumos químicos (que podem causar doenças aos produtores, como diferentes tipos de câncer, por exemplo) e de trabalho”. (SILVA, 2002, p. 124).

A produção da monocultura do fumo está vinculada a geração de produtos não alimentares e dependência econômica, além de exigir uma grande quantidade de produtos químicos que afetam o meio ambiente.

A busca por melhores rendimentos por safra faz com as empresas busquem modificar a espécie do tabaco, buscando sempre uma resistência falta de água, pragas ou doenças. Porém as empresas do tabaco acabam criando uma dependência da compra desses produtos pelos agricultores, como descreve Sogli (2009).

Também dependemos cada vez mais de algumas espécies de plantas e animais nas quais esses conglomerados concentram seus investimentos obtendo mudanças genéticas e melhoramentos, que depois registram como sendo seus, para cobrar royalties dos agricultores pela licença de seu uso. (SOGLI, 2009, p.10).

Esta dependência tecnológica citada por Sogli, induz a população do meio rural a plantar uma só espécie, que no caso da região de São Lourenço do Sul, é a monocultura fumageira. Outras características que levam a monocultura do tabaco aos produtores é a garantia de venda e lucro. Segundo pesquisa do instituto Brasileiro de geografia e estatística, no ano de 2015 a renda familiar média para os agricultores no Brasil é de R\$ 1.113.00 reais/mês, enquanto o produtor de fumo no estado do Rio Grande do Sul, no mesmo ano, tem média de ganho mensal

de R\$ 1.926,73, bem acima do salário médio de agricultores estimado pelo IBGE. A exportação também fomenta o plantio da cultura, pois o Brasil exporta cerca de 2 bilhões anuais de tabaco. Segundo SINDITABACO (2017), o Rio Grande do Sul tem participação relativa com 10% das exportações de tabaco do Brasil.

Em 2016, o tabaco representou 1,15% do total das exportações brasileiras, com US\$ 2,12 bilhões embarcados. O principal mercado brasileiro neste período foi a União Europeia com 41% do total dos embarques de 2016, seguida pelo Extremo Oriente (28%), América do Norte (12%), Leste Europeu (7%), África/Oriente Médio (6%) e América Latina (6%). Para a Região Sul do País, a cultura é uma das atividades agroindustriais mais significativas. No Rio Grande do Sul, a participação do tabaco representou 10% no total das exportações. (SINDICATO DO TABACO, 2017).

As empresas do ramo fumageiro, também oferecem orientação técnica, intermediação entre bancos ou Associação dos Fumicultores do Brasil, para seguro agrícola e tabela de preços, facilitando a negociação do produto mesmo antes de colher, diferente do plantio de outras culturas agrícolas que não têm garantias e assistência.

Esta renda, obtida com o tabaco, sendo na maioria das vezes fixa e com ganhos superiores a outras culturas em pequenas propriedades é de certa forma responsável pela criação do hábito da monocultura na região, fazendo com que o plantio de outras espécies aconteça, apenas para a subsistência (SILVA, 2002, p. 4).

Segundo o estudo de Deponti e Schneider (2013, p. 197), que analisaram a realidade de agricultores da região de Dom Feliciano, município do estado do Rio Grande do Sul, “o tabaco veio para Dom Feliciano em 1963, como uma alternativa; com o passar do tempo ele deixou de ser uma alternativa e passou a ser uma monocultura em Dom Feliciano, não só em Dom Feliciano”. Os autores também destacam a incentivo das empresas e o preço altos como contribuição para o aumento da produção de tabaco.

Silva (2002), destaca a relação da monocultura em termos de produtividade, extinção de terra e rentabilidade:

[...] “a expansão da área de produção esteve relacionada à garantia da comercialização do tabaco, além de financiamentos das fumageiras. Outras razões que estiveram ligadas ao melhor resultado das atividades, em termos de renda aos agricultores, foram a melhor qualidade da solanácea e a maior quantidade produzida. E conforme os argumentos da economia dos custos de transação, a característica de incerteza se viu inibida, a partir do momento em que a empresa passou a agir coordenando os seus agricultores via contratos que asseguravam sua continuidade na atividade”. (SPIES, 2000 *apud* SILVA, 2002, p. 106).

A produção de tabaco é fonte de renda e passa uma estabilidade a partir de contratos firmados de compra e venda da folha in natura e tem importância para economia local devido a rentabilidade do produto, porém a monocultura do tabaco tornou-se uma solução econômica fixa para os agricultores de São Lourenço do Sul e está sujeita a variação no mercado que poderá afetar toda a cadeia produtiva, inclusive os agricultores que estão sujeitos ao cultivo de uma única espécie, sem alternativas viáveis para escapar de uma possível desestruturação de mercado fumageira ou baixa de preços do produto através de um aumento produtivo não previsto.

## 2.2 CADEIA PRODUTIVA DO FUMO

Esta seção visa a contribuir com a discussão sobre a cadeia produtiva do fumo e suas inter-relações entre diversas partes além do agricultor e indústria fumageira e possibilidades de mercado de comercialização.

O Brasil, por ser um dos maiores produtores de fumo, perdendo apenas para a China no volume produzido anualmente e, sendo considerado o país com maior volume de tabaco exportado a nível mundial (IBGE, 2015), tem sua cadeia produtiva e comercial bem fixada ao mercado comercial. Segundo SOUZA CRUZ (2017), O mercado mundial de tabaco movimentava cerca de R\$ 2,5 trilhões por ano em mais de 200 países, gerando diversas frentes de trabalho em múltiplos ambientes que fazem parte da cadeia produtiva do fumo.

A composição de mão-de-obra, que compõem a cadeia na área agrícola, é quase sempre familiar, envolvendo praticamente quase todos os residentes nas propriedades, como aponta estudo realizado por Barrero (2002).

No que diz respeito à mão de obra utilizada na produção, verificou-se que do total de entrevistados, 75,7% eram proprietários e utilizavam mão-de-obra familiar, 18,2% eram arrendatários e 6,1% são associados (contratados). A mão de obra predominante é familiar, sendo que todos integrantes da família trabalham na produção do fumo, inclusive crianças e idosos, principalmente na época da colheita. (BARRERO, 2002, p. 7).

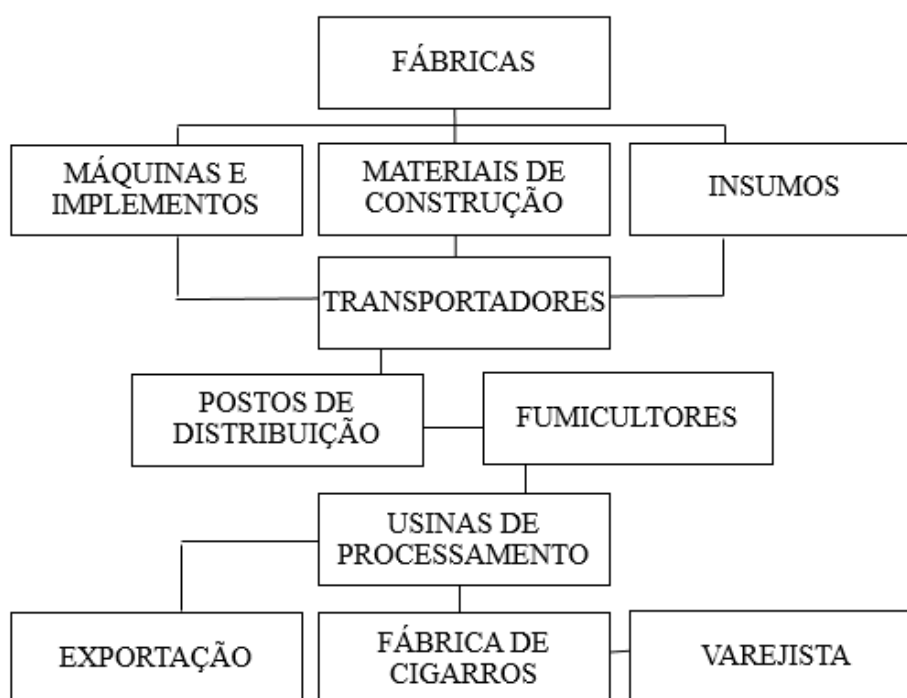
Portanto, a agricultura em minifúndios está presente na cadeia produtiva do tabaco e tem importância no momento que essas famílias dependem dos ganhos e do lucro obtido com a produção do fumo. O seguimento da cadeia produtiva passa pelos produtores de insumos, produtor rural, agroindustrialização, distribuição e consumo do tabaco, gerando uma sinergia entre partes dependentes uma das outras para alimentar toda a estrutura.

Segundo Silva (2002, p. 255), as empresas tabagistas ganham em produtividade no momento que capacitam o agricultor e fornecem tecnologia para sustentar a alta produtividade

do fumo, alimentando toda a cadeia e que é composta por diversas partes interligadas. O processo produtivo é realizado através do SIP – sistema integrado de produção, no qual visa a uma interação maior entre as partes para evitar o desperdício, favorecendo a todo o processo.

As negociações da cadeia produtiva estão ilustradas na Figura 1, em que se mostra a sequência das relações entre partes e tem como objetivo sustentar toda a produção do fumo desde a compra de equipamentos, produção in natura da folha seca, venda para agroindústria fumageira e chegando até o consumidor final. A cadeia produtiva possui vários integrantes e diferentes relações entre eles. Os principais são: a) Fabricas de Insumo; b) Propriedades e Produtor; c) Transporte; d) Usinas de Processamento; e) Fabrica de Cigarros; f) Comercialização. Ver figura 1.

**Figura 1-** Cadeia produtiva do fumo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de AFUBRA (2017).

Barrero (2002, p. 9), argumenta que as transações da cadeia de fumo passam por incertezas, frequência e especificidade dos ativos para determinar as relações comerciais da venda do produto entre produtor e empresa, também o agricultor pode escolher entre produzir seu próprio insumo ou adquirir de empresas que forneçam opções com preço ou garantias para adquirir o produto mesmo antes de ser cultivado, este tipo de negociação pode aumentar a inter-relação entre atores da cadeia produtiva.

Nesta mesma época, e mais extensamente nos anos oitenta, outras empresas começaram a adquirir a produção do sul do Estado. Empresas (algumas já extintas) como a Fumossul, a R. J. Reynolds, a Ligett & Myers do Brasil, a Kannenberg & Cia. e a Verafumos, além da Souza Cruz, proporcionaram a integração com os produtores rurais. Essas empresas, em sua maioria, não tinham (e não têm) unidades produtivas na região, limitando sua ação a postos de coleta do fumo. Sem embargo, a assistência técnica e as demais garantias ao agricultor eram e são mantidas. (SILVA, 2002 p. 116).

Os produtores de tabaco, por terem contratos de venda do produto, não ficam à mercê de incertezas relacionadas à comercialização, valor ou demanda. E, por estarem num mercado em que poucas empresas compram a produção de muitos agricultores, as garantias de venda, são atrativos para os produtores de tabaco (BARRERO 2002, p. 12). Porém, as indústrias têm poder de barganha com os fumicultores e trabalham com margens de lucro de aquisição de matéria-prima e venda do produto final. Limberger (2013, p. 8).

Segundo Perondi et al. (2008, p. 22), são inúmeros fatores que podem interferir economicamente na cadeia produtiva do tabaco e afetar de forma geral todos os participantes:

Vários são os fatores que podem influenciar as tendências na cadeia produtiva do fumo, especialmente no que se refere à produção, tanto no quanto se produz como onde se produz. O estudo da FAO sobre as “Projeções de produção, consumo e comércio de tabaco até o ano 2010” apontou para alguns importantes fatores. Um dos aspectos que interferem no crescimento do consumo é a taxa de crescimento populacional, especialmente a da população adulta que aumenta nos países em desenvolvimento, potencializando de 1,1 bilhão de fumantes em 1998 para 1,32 bilhão, em 2010, um aumento de 1,5% ao ano. E, o segundo fator determinante para o aumento do consumo de tabaco é o aumento de renda. No conjunto dos países em desenvolvimento o aumento de renda tem sido de 4% ano, sendo que na China, maior consumidor de tabaco, o aumento de 8% ao ano na renda da população tende a se manter até o ano 2010. (PERONDI et al. 2008, p. 22).

O crescimento populacional somado ao aumento da renda são aspectos que colaboram positivamente com o aumento do consumo do tabaco e movimentam a cadeia produtiva do tabaco, porém segundo Perondi et al. (2008, p. 11), os fatores como variação dos preços dos cigarros através das políticas voltadas ao controle dos fumantes como problema público, aumento da carga de impostos, aumentando o preço final do produto industrializado são aspectos negativos para cadeia produtiva. Outro fator citado é os subsídios voltados a produção, que também são influenciados pelas políticas públicas (participação do estado) que tenta diminuir a atuação das empresas fumageiras.

A cadeia produtiva está totalmente interligada com a vida dos agricultores que dependem dos resultados obtidos nas lavouras de fumo e da estabilidade do mercado para ter retornos financeiros positivos, portanto abordar fatores da cadeia produtiva que possam



interferir negativamente ou potencializar a produtividade dos agricultores é determinante para o trabalho de pesquisa, no momento que temos um breve conhecimento da economia podemos dialogar melhor sobre a fumicultura e estabelecer possíveis diretrizes para o agricultor de São Lourenço do Sul.

### 2.3 DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA

A subseção diversificação produtiva, situa a importância da diversificação da produção para aqueles produtores que visam plantar uma única espécie como fonte de renda e podem ter perdas de safra caso aconteça algum imprevisto

O plantio de outras culturas anuais nas áreas com predomínio do tabaco é uma opção para complementação alimentar e tem pouca importância para o agricultor, visto que o foco é produzir o tabaco que possibilita maiores lucros financeiros e um melhor acompanhamento técnico, fornecido pelas empresas tabagistas que destinam técnicos para orientar diretamente o produtor. A melhor parte do solo, portanto, é destinada para o cultivo do tabaco e o restante para demais atividades tendo em vista a produtividade e lucros com o tabaco.

Porém, segundo AFUBRA (2017), o plantio de tabaco ocupa apenas 16,6% da área média total, para o cultivo do fumo e o restante é ocupado principalmente por plantações anuais de milho, feijão, soja e algumas atividades agropecuárias. Entretanto, a diversificação da produção ainda não é utilizada pela grande maioria e deve ser melhor explorada pelos agricultores que tem o tabaco como fonte principal.

As vantagens em diversificar as propriedades que trabalham com a produção única do fumo é ter uma alternativa de renda, diante de qualquer adversidade climática, pragas ou doenças na lavoura ou instabilidade de mercado, o agricultor pode seguir trabalhando com as demais espécies que não sofrera tanto uma perda econômica na produção. O objetivo da diversificação é desenvolver diversas atividades de produção nas unidades agrícolas, buscando potencializar o uso da terra ao máximo.

Para Deponti e Schneider (2013, p. 193), a diversificação ajuda a superar barreiras econômicas e possibilita uma superação de pobreza que algumas famílias enfrentam, e encontram na variação de ocupações e de atividades, a solução para tais problemas. Segundo os autores, as linhas de créditos governamentais impulsionam os produtores e os programas apoiam, através de financiamento, pesquisa, assistência técnica e extensão rural. O incentivo ao fortalecimento de mercado dos produtos alternativos, possibilita maior viabilidade para a prática.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário<sup>2</sup>, tem tentado criar políticas e incentivar a diversificação de propriedades para combater a monocultura e tem como parceira institucional a Organização Mundial da Saúde (OMS), que através de fóruns e conferências apontam os possíveis problemas para a saúde causados pelo contato com agrotóxicos utilizados na produção do fumo ou de consumir o produto.

[...] O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco foi lançado em outubro de 2005, no contexto da ratificação pelo Senado brasileiro da Convenção-Quadro<sup>3</sup> para o Controle do Tabaco (CQCT), da Organização Mundial da Saúde (OMS). A coordenação deste programa foi assumida pela Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, objetivando articular as políticas públicas para a agricultura familiar com os programas de diversificação da produção e da renda em áreas fumicultoras, buscando atender aos artigos 17 e 18 da CQCT/OMS e preparar os agricultores para a possível retração na demanda de fumo no mercado. (GREGOLIN, 2010 *apud* DEPONTI; SCHNEIDER 2013, p. 178).

A diversificação das propriedades rurais deve ter incentivo governamental para ganhar espaço com os agricultores de tabaco, porém uma mudança de atividade, pode causar mudanças na cadeia produtiva, por isso é importante salientar que é necessário um aumento gradativo da área plantada na propriedade com diversificação, para que não ocorra uma substituição de uma monocultura por outra ou falta de mercado.

A Diversificação das áreas que produzem tabaco é uma alternativa de criar possibilidades econômicas aos agricultores que tem no tabaco a sua única fonte de renda e necessitam ampliar suas alternativas de ganhos e podem encontrar na diversificação uma solução prática de adquirir mais renda.

## 2.4 O INÍCIO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E RIO GRANDE DO SUL

A subseção 2.4 trará o início da extensão rural do Brasil, quando e como iniciou-se a prática de extensionismo para levar conhecimento para pessoas do meio rural. A extensão rural iniciou no Brasil no estado de Minas Gerais/MG na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas, para auxiliar os fazendeiros em aulas com temas agropecuários e de economia doméstica, com duração de uma semana de aulas dinâmicas entre conteúdo e aulas práticas.

[...] As atividades extensionistas tiveram início na Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), hoje UFV (Universidade Federal de Viçosa). O fundador e

<sup>2</sup> Ministério do Desenvolvimento Agrário, por decreto 8780 em 30, maio de 2016, o MDA passou a ser de responsabilidade da Casa Civil.

organizador da ESAV foi o norte-americano Peter Henry Rolfs, que entre outras ideias, trouxe o extensionismo para o Brasil, na década de 20. Em 1930, a extensão foi proposta pela ESAV (Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais) com a Semana do Fazendeiro. Trata-se de uma reunião anual de agricultores que, durante uma semana, recebem aulas práticas com demonstrações de métodos agropecuários e sobre economia doméstica (OLINGER, 1996 *apud* ROMANIELLO; ASSIS, 2015, p. 23).

Em 1945, o Governo Brasileiro em parceria com o Governo Americano e a Organização das Nações Unidas - ONU, fundaram uma Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), e sendo apoiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, iniciaram a campanha nacional de educação rural que visavam orientar pessoas das zonas rurais com melhores métodos e técnicas para multiplicar ideias de produção e qualidade de vida. (FONSECA 1985 *apud* ROMANIELLO; ASSIS, 2015).

A partir de 1945 ocorreram diversas tentativas de modelos de extensionismo pelo Brasil, com órgãos como o Ministério da Agricultura, que organizou a semana ruralista criou postos agropecuários estratégicos, o Ministério da Educação e Saúde, que orientado pela Igreja Católica desenvolveram missões rurais de educação que serviu como modelo para a campanha nacional de educação rural e entre tantas outras formas de levar o conhecimento ao produtor.

Entretanto nenhum desses formatos conseguiu se sustentar realmente e somente em 1956 com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural que a extensão ganhou corpo e começou a se desenvolver realmente com linhas de crédito e assistência mais focada na extensão rural e liberação de créditos financiados pelo governo Brasileiro e Americano. Porém na troca de governo em meados de 1950, onde os militares tornaram-se líderes no governo a ABCAR começou a ter outras diretrizes e com leis e ministérios voltados para agricultura e com interesses específicos nos grandes latifundiários, a ABCAR serviu como difusora da dos novos conceitos orientados pelo EUA, conforme comenta Romaniello e Assis (2015).

O regime militar brasileiro iniciou no ano de 1964 e foi sistematizado, por meio da Doutrina de Segurança Nacional, a qual justificava ações militares como forma de proteger o “interesse da segurança nacional, adotando uma diretriz nacionalista, desenvolvimentista e de oposição ao comunismo”. Sob a ótica, o governo militar decreta medidas que atingem o setor rural como a lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, o ESTATUTO DA TERRA, a criação do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). O Estatuto da Terra foi apresentado como uma lei de reforma agrária para modernizar latifúndios e consolidar minifúndios em empreendimentos capitalistas, mas, no entanto, foi considerado pelo segmento dos grandes proprietários um risco para a desapropriação de terras, algo que os havia mobilizado a derrubar o Governo Goulart, acusado pelos

seus opositores de realizar projetos “comunistas”. (ROMANIELLO e ASSIS 2015, p. 31).

A ideia de mecanização das propriedades e adubações para aumento da produtividade dos grandes fazendeiros começa a ser utilizada pelo governo que seguia o modelo dos EUA de extensionismo utilizando a ABCAR para levar a ideia de produtividade e comercialização para exportação do grão produzido no Brasil.

Com muitos interesses pessoais e políticos na época, a ABCAR sofreu com instabilidade governamental e decisões de troca de lideranças onde levaram a extinção da instituição em 14 de fevereiro de 1975, também nesta época extinguiu-se outras instituições como Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR, Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural - ANCAR, e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR e em contrapartida são substituídas pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, que tinha por objetivo ensinar novas práticas e difundir tecnologia agropecuária e modelos de gerenciamento para agricultores de média e baixa renda, e a partir dessa medida que foi estipulado a criação das EMATER'S assistidas por empresas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. (ROMANIELLO e ASSIS, 2015, p. 34).

O extensionismo criado no Brasil seguiu o modelo americano de levar o conhecimento ao meio rural e tem como objetivo ajudar a qualificar, instruir e multiplicar ideias de agricultura para que aumente a possibilidade de sucesso das pessoas que necessitam da agricultura para seu sustento de vida.

## 2.5 PAPEL DA EXTENSÃO RURAL NA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA

A EMATER/RS-ASCAR foi criada para atender os pequenos produtores rurais na data de 2, junho de 1955, com objetivo de levar conhecimento técnico aos agricultores, reproduzindo o que já estava dando certo em Minas Gerais. A instituição de assistência buscou atender ser os pequenos agricultores e seus familiares, que ajudou a construir uma estreita relação entre a agricultura familiar e EMATER.

O calendário do setor produtivo do Rio Grande do Sul marca no dia 2 de junho a fundação da ASCAR, que desde 1955 está presente no cotidiano dos agricultores familiares. A Instituição se tornou a representante natural do serviço oficial de extensão rural do Estado, e fincou no solo gaúcho uma trajetória construída pela tenacidade e dedicação de profissionais que colocaram em ação, ininterruptamente, a melhor e mais atuante das políticas públicas do Governo do Estado. Hoje, a agricultura familiar gaúcha é modelo no país graças ao trabalho desenvolvido pela EMATER/RS-ASCAR. (EMATER/RS-ASCAR, 2017).

A EMATER/RS é uma instituição de caráter filantrópico que não visa a fins lucrativos, estabelecendo convênios com os governos Federal, Estadual e prefeituras municipais com propósito único de qualificar, assistir e colaborar com o desenvolvimento rural sustentável dos agricultores. Sendo a principal desenvolvedora de assistência técnica e extensão rural no Rio Grande do Sul, que por mais de 60 anos de início das atividades, gera conhecimento aos agricultores nas áreas de saneamento básico, ambientais e boas práticas de conservação do meio ambiente, aplicação de tecnologia em variadas áreas e sistemas agrícolas.

A Instituição atende às demandas diárias de seu público, formado por agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados, um contingente superior a 250 mil famílias de assistidos com áreas em mais de 480 municípios. É no coração de 9.550 comunidades rurais dessas localidades que pulsa a atuação transversal do Serviço de Extensão Rural, revigorada pelo convênio com as Prefeituras, fertilizando o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Rio Grande do Sul. (EMATER/RS-ASCAR, 2017).

A EMATER/RS-ASCAR atual praticamente em todo o estado e cidades, tendo sedes espalhadas por municípios e coordenadorias em pontos estratégicos.

Os mais de 2.000 empregados se esmeram em prestar assistência técnica e extensão rural, aos assistidos, sempre honrando com a missão da Instituição, de ajudar plantar um futuro melhor para quem produz e gera alimentos. Mantenedora de uma grande estrutura de capacitação rural, a Emater/RS-Ascar assumiu a responsabilidade em orientar o uso de tecnologias nas mais diversas áreas, quer na área de saneamento básico ou ambiental, quer para melhorar o desempenho de lavouras. Porta-voz da integração do jovem no meio rural e agente transformador da informação, repassa conhecimentos e experiências por meio de mais de oito eventos diários que promove diariamente na geografia gaúcha ou através de programas em rádios e tevês e publicações. (EMATER/RS-ASCAR, 2017).

A missão diária dos colaboradores da EMATER/RS, também inclui capacitar e preparar jovens do meio rural, povos tradicionais e agricultores em áreas de saneamento básico para uma melhor saúde pública e preservação do meio ambiente, educando e orientado a melhor maneira de conduzir resíduos e esgotos domésticos prevenindo e colaborando para uma melhor qualidade de vida para os assistidos.

A diversificação da produção tem por objetivo mesclar várias atividades agrícolas dentro de uma propriedade, buscando um melhor rendimento econômico viável, praticidade e bem-estar para os agricultores, segurança alimentar e nutricional e cuidados ao meio ambiente e encontra no extensionismo praticado pela EMATER-ASCAR a melhor forma de divulgação de técnicas e vivências dos variados métodos, assim como, instituição que busca projetos e recursos para atender as dificuldades encontradas no campo sem alterar a cultura histórica do indivíduo ou grupo.

A extensão rural tem o objetivo de levar a informação ao agricultor e integrar socialmente os cidadãos do campo com tecnologia, saberes, conhecimento e incluí-los na sociedade. A interlocução entre o extensionista e público alvo é processo chave para buscar necessidades e levar soluções diante das diversas realidades do cotidiano rural. Mesmo que tenha bons projetos, o extensionista ainda necessita convencer os agricultores para aderirem a processos diferentes a quais não estão acostumados e sobre a perspectiva de mudar e qualquer mudança sempre vem o receio de implementar algo que possa modificar seu cotidiano e modo de vida. (DEPONTI e SCHNEIDER 2013, p. 186).

O extensionista rural busca solucionar problemas com diálogo e conhecimento através de cursos, assistência técnica, palestras, dias de campo e tem como apoio do Governo federal e Estadual, linhas de créditos que ajudam a desenvolver, assegurar e apoiar economicamente o agricultor que deseja trabalhar com variados métodos.

Em linhas gerais, o Programa de apoio à diversificação propõe quatro eixos estratégicos, que contemplam o financiamento, a pesquisa, a assistência técnica e extensão rural e o apoio ao fortalecimento de mercado dos produtos alternativos ao fumo. O objetivo é apoiar os agricultores das regiões tradicionais de produção de fumo que estejam dispostos a diversificar suas atividades, implantando sistemas de produção sustentáveis. Sendo: (a) Financiamento – promoção e acesso às políticas específicas de financiamento para agricultores familiares que incentivem a diversificação produtiva das propriedades fumicultoras, conforme detalhado no item sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); (b) Acesso a conhecimento e tecnologia – fortalecimento das iniciativas de pesquisas, capacitação e assistência técnica e extensão rural direcionadas aos meios sustentáveis de diversificação produtiva, mobilizando conhecimentos e ampliando parcerias; (c) Agregação de valor à produção local – visa o aumento da renda das famílias de agricultores por meio da organização e agregação de valor à produção rural primária. Para tanto, o programa estimula o associativismo e cooperativismo, a implantação de novas agroindústrias e o investimento em pesquisa de novos produtos e métodos de produção; e (d) Apoio à comercialização – os fumicultores poderão ter a compra de seus novos produtos garantidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de forma a obterem a inserção gradual e sustentável no mercado. (PERONDI et al. 2008, p. 21).

Os Governos Federais e Estaduais têm influência diretamente no papel do extensionista, liberando crédito e destinando verbas para projetos a agricultura o que pode limitar ou potencializar qualquer atividade, sendo que diante da comunicação dos extensionista cabe a eles saber a dificuldade do seu público e intermediar com os poderes governamentais.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO E SÓCIO ECONÔMICO DE SÃO LOURENÇO DO SUL**

Este capítulo apresenta a caracterização do município de São Lourenço do Sul, localizado na região Sul do estado do Rio Grande do Sul/RS, onde a principal fonte de renda dos minifúndios agrícolas é a fumiicultura. O capítulo está dividido em quatro subseções, econômicas, culturais e geográficas, possibilitando localizar o município e seus aspectos ao leitor.

#### **3.1 O MUNICÍPIO**

A origem da colonização de São Lourenço do Sul acontece no século XVIII, quando militares portugueses ganham terras as margens da lagoa dos patos em premiação a boa conduta frente a guerra com espanhóis, formando grandes fazendas com exploração de pecuária de corte para fornecimento de carne para as charqueadas. Os portugueses, colonizadores iniciais, tinham interesses nas terras perto da lagoa, pois eram próprias para pastagem e favorável a criação de gado, ocupando esse espaço as margens e formando as primeiras estâncias de charque de São Lourenço, deixando de lado as terras dobradas que compõem grande parte do território lourenciano, por serem de mata e de difícil acesso para a criação de gado. Essas terras dobradas só foram ocupadas séculos depois, pelos alemães de origem germânica e pomerana, que estabeleceram pequenas propriedades e diversificação em suas terras, utilizando-se do sistema de derrubada e queimada para abrir espaço. Nas sedes dessas estâncias eram construídas capelas para homenagear os santos de devoção, o que faz com que o município tenha diversas capelas espalhadas pela região. (PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DO SUL, 2017).

O nascimento do povoado ocorreu em 1807 com a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição, e posteriormente criação de casas ao redor, formando o povoado lourenciano. As margens da lagoa dos patos serviram como berço da guerra farroupilha, onde Giuseppe Garibaldi travou diversas batalhas contra as frotas imperiais e o município também passou por inúmeras batalhas entre os exércitos da República Rio-grandense e imperial.

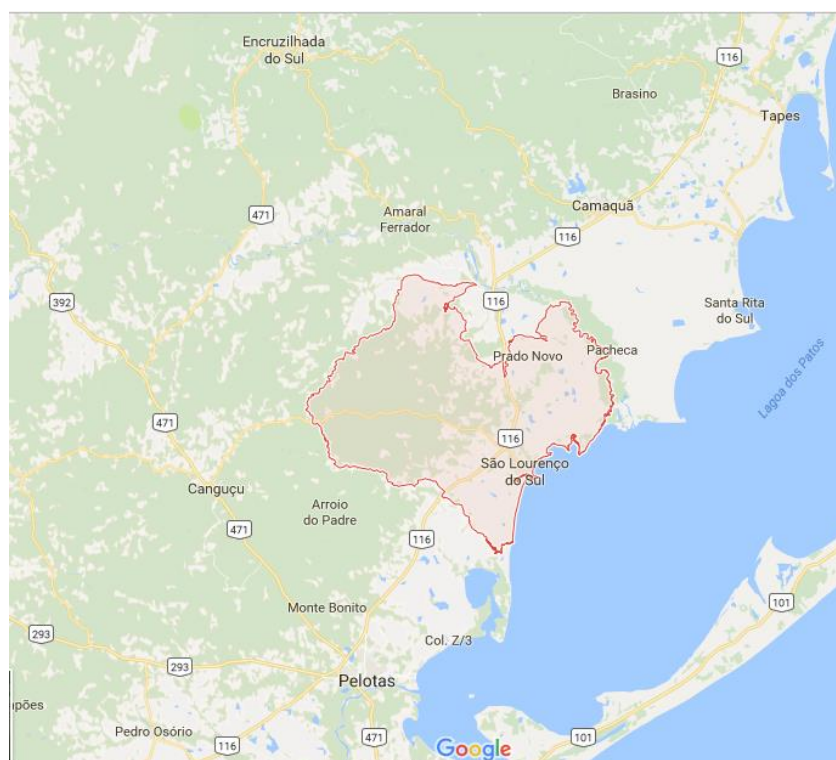
Já em 1850 São Lourenço utilizava a lagoa para comércio naval, o que contribuiu para o desenvolvimento da região pois nos séculos XIX e XX a cidade era considerada uma das maiores produtoras de batata do país. (IBGE, 2017).

### 3.2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIAL

O município que é microrregião de Pelotas está localizado as margens do da lagoa dos patos (L), tem os municípios de Camaquã, Cristal (N) e Pelotas, Turucu (S). Está a 198km da capital Porto Alegre, tem duas rodovias importantes RS-265 e BR-116 e está situada a 26 m acima do nível do mar, com latitude de  $- 31,293587$  e longitude de  $- 52,03381$  (GOOGLE MAPS, 2017).

São Lourenço possui atualmente uma população estimada em segundo o IBGE (2017) de 44.580 habitantes e mede em extensão 2.036,1 km<sup>2</sup>, tendo uma densidade demográfica de 21,17 hab/km<sup>2</sup>. No último senso do IBGE que ocorreu em 2010 a população estimada era de 43.111 o que mostra um aumento populacional de 1.671 pessoas em relação a 2017. A população urbana é de 21,358 pessoas enquanto a rural é 16,958 pessoas. Segundo o IBGE, as taxas de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais são de 17,33%, tendo uma expectativa de vida para a população de 71 anos.

**Figura 2.** Localização do município de São Lourenço do Sul, RS



Fonte: GOOGLE MAPS (2016).



### 3.3 SOLO E RELEVO

A Paisagem do município está inserida na condição de serra dos tapes que possui campos subarbustivos formados por ciperáceas e gramíneas e ainda tem como características campos mistos de herbáceos e subarbustivos, com ocorrência de matas-galerias e vegetação arbustiva em encostas, e está inserido na delimitação da bacia hidrográfica litorânea. O município faz parte da Planície Costeira que tem sua formação do período quaternário da era Cenozoica, a mais recente da formação da terra. Corresponde a uma faixa arenosa de 622km, com grande ocorrência de lagoas e lagoas, entre as quais destacam-se a laguna dos patos e mirim. O processo de formação desta região tem caráter evolutivo, estando em constante mutação, como decorrência da sedimentação marinha eflúvio lacustre. (EMBRAPA, 2006).

### 3.4 CULTURA E ECONOMIA

O município por ter uma grande extensão de terra, ter hábitos religiosos trazidos por seus colonizadores, estar as margens da lagoa e por ter uma agricultura forte tem sua cultura bem evidente e eventos como Iemanjá e de Nossa Senhora de Navegantes, festa da Colheita e do Colono e motorista.

As atividades agropecuárias são base para economia que segundo IBGE (2014), possui renda per capita de R\$20.066,87, este valor está dividido em diversas atividades agrícolas com agricultura e pecuária. As terras da área rural pertencem a 95% das terras a pequenos e médios produtores. Também são importantes a indústria do couro e o turismo, que conta com uma importante quantidade de hotéis, pousadas e restaurantes. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL, 2017).

O cultivo do tabaco faz parte da economia de São Lourenço do Sul e movimentando economicamente o município que depende da agricultura para gerar empregos, renda e alimentos. A agricultura é presente desde a origem do município lourenciano e é importante compreender quais são seus pontos positivos e negativos para auxiliar os agricultores que sempre buscaram trabalhar com o que lhes traga mais rendimento econômico e satisfação pessoais.

## 4 METODOLOGIA

Esta pesquisa é exploratória e tem por objetivo disponibilizar informações e resultados relacionados, ao porquê da formação da monocultura fumageira no município, importância do extensionismo da EMATER/ARCAR para os agricultores e possibilidades de diversificação produtiva nas propriedades rurais, como alternativa econômica e ambiental, a monocultura fumageira da região de São Lourenço do Sul/RS.

### 4.1 TIPO DE PESQUISA

Para explicarmos qual a real situação da monocultura fumageira em São Lourenço do Sul e poder abordar a diversificação como alternativa ao tabaco, foi realizada uma pesquisa descritiva, utilizando-se de abordagem metodológica quantitativa para geração de dados e tabelas e qualitativa para ajudar a aprofundar a compreensão do grupo social que os agricultores de tabaco estão. Deslauries (1991), explica que a pesquisa qualitativa transforma o cientista em sujeito e objeto pesquisado.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ele pequeno ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações. (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

O objetivo da pesquisa é levantar informações sobre a realidade da monocultura e produzir informações sobre diversificação e monocultura do tabaco. Foi utilizado dados secundários de outros autores que buscaram discutir a diversificação como alternativa a monocultura.

A busca por resposta com pesquisa bibliográfica auxilia no encontro de atalhos ou de erros anteriores, mas a busca de novos dados sempre é necessária para que haja inovação ou enriquecimento do tema.

### 4.2 UNIDADE DE ANÁLISE

A análise do objetivo secundário A (determinantes da realidade monocultora de tabaco em São Lourenço do Sul), ocorreu através dos dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA, Souza Cruz

e Fundação Econômica e Estatística – FEE, para formular indicadores das atividades agrícolas do município. A análise do objetivo B (avaliar a percepção da EMATER/RS- ASCAR locais no que tange às possibilidades da diversificação produtiva), foi realizada através da aplicação de um questionário (anexo A), elabora exclusivamente para perceber a visão dos técnicos da instituição e participação da EMATER quanto extensão rural. A entrevista teve que ser através de e-mails e telefonemas, pela falta de disponibilidade de tempo dos extensionistas para uma entrevista presencial e também pela disponibilidade limitada de recuso para o deslocamento até a unidade da EMATER.

#### 4.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados buscou atender a três requisitos: validade, confiabilidade e precisão nas entrevistas e interpretação dos dados utilizados. A coleta compreendeu duas etapas, na primeira, procedeu-se com a obtenção de dados secundários que visassem retratar o perfil produtivo da região de São Lourenço do Sul, evidenciando, assim, as características relacionadas ao monocultivo do fumo. A segunda, estruturou-se uma pesquisa de campo para geração de dados primários no que tange a atuação da EMATER/ASCAR na região de estudo, dada a atuação junto aos agricultores que trabalham com a produção de tabaco, em relação às ações e visão crítica a respeito da possibilidade de diversificação em São Lourenço do Sul.

Em relação a obtenção de dados secundários, utilizaram-se dados do IBGE, AFUBRA e FEE sobre cultivos anuais, valores econômicos obtidos, e território agrícola ocupado no período entre 2004 a 2017. Analisaram-se informações relacionadas a plantações anuais de cultivo com o objetivo de compreender a determinante da monocultura em São Lourenço do Sul.

A segunda etapa de obtenção de dados, deu-se mediante a conversas com a EMATER. A entrevista ocorreu entre os dias 03/11/17 a 23/11/17, mediante troca de telefonemas, mas principalmente troca de e-mails, e envio de questionário. O questionário contém perguntas abertas relacionadas a atuação da EMATER, monocultura, diversificação e políticas públicas e foi construído a partir de elementos apontados pela literatura. O questionário tem o roteiro com perguntas relacionadas a conceitos da visão da EMATER sobre diversificação e monocultura do fumo. A interpretação das respostas do questionário (anexo A) foi realizada pela análise de conteúdo. Porém por não ocorrer uma entrevista aprofundada, pode ocorrer uma restrição de informações não debatidas nas trocas de e-mails.

#### 4.4 ASPECTOS ÉTICOS

Os aspectos éticos desse projeto garantirão que não haverá discriminação, tanto na leitura dos dados quanto na seleção dos entrevistados, e será tomado cuidado com qualquer tipo de exposição desnecessária de quaisquer aspectos que levem ao constrangimento. Será elaborado um modelo de termo de compromisso para ser utilizado na interpretação do questionário, onde será garantida a preservação dos dados, e o anonimato dos indivíduos pesquisados se caso haver necessidade. Quanto à utilização de dados secundários, a pesquisa tem o compromisso de garantir com clareza as citações de autores e suas ideias.

## 5 RESULTADOS

O capítulo de resultados propôs-se a demonstrar os determinantes da monocultura fumageira no município, quais as características dos agricultores e fumicultores de São Lourenço do Sul, através de comparativos com demais regiões e estados. Também visa demonstrar a atuação da EMATER/RS-ARCAR em unidades agrícolas

### 5.1 DETERMINANTES DA MONOCULTURA FUMAGEIRA E PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES

A presente subseção demonstra os possíveis determinantes que levam os produtores rurais de São Lourenço do Sul, a focarem suas produções na cultura do tabaco, também foi analisado o perfil econômico, social e de alfabetização dos agricultores.

O município de São Lourenço do Sul tem uma extensão de área territorial de 2.036,125 km<sup>2</sup> e possui em área plantada de 1.453.763 hectares onde está dividido em diversas culturas agrícolas e agropecuária (IBGE, 2017).

As principais atividades de plantio no município em hectares cultivados nos anos de 2004, 2010, 2013 e 2016 em São Lourenço do Sul, apontam para uma mudança de cultivo com o passar dos anos, tabela 1, onde notasse uma tendência a plantios de fumo, soja, milho e arroz em maior quantidade, ocasionado pelos bons preços e facilidade de plantio e espaço territorial disponível para cultivo.

**Tabela 1.** Área destinada a lavouras anuais em São Lourenço do Sul

Produto	2004	2010	2013	2016
Arroz	9.550	10.100	9.630	9.688
Batata-doce	400	250	250	250
Batata-inglesa	1.500	600	400	400
Feijão	750	500	700	430
Fumo	8.065	8.500	10.000	8.500
Milho	18.000	9.000	15.000	15.000
Soja	7.000	8.000	15.000	20.000

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE (2014, 2010, 2013 e 2016).

A produção de batata, tanto da qualidade inglesa quanto a doce, que foi muito forte após a II Guerra Mundial, devido a demanda pelo alimento e muito cultivada no município, mantém-se entre os sete produtos mais cultivados pelos agricultores, porém com pouca representatividade em hectares plantados, comparados com as demais lavouras, chega a ter uma

diminuição entre os anos. Observando a quantidade de hectares destinados a batata inglesa no ano de 2004 a 2016, pode perceber uma diminuição grande de área plantada de 26,66% entre períodos anuais. Enquanto isso, o plantio de fumo teve um pico maior de área cultivada no ano de 2010 e atingiu uma estabilidade em 2016, mantendo quase a mesma área plantada no município entre os anos pesquisados. Outras lavouras que tem mantido uma média de área plantada é o milho e arroz que se mantem praticamente iguais nos anos de 2013 a 2016.

A soja teve um aumento gradativo de área plantada, entre os anos, mas não mantém uma valorização de preço conforme tabela 2, tendo uma elevada de 55,58% entre 2014 a 2013 e uma diminuição de 72,42% nos anos seguintes.

**Tabela 2.** Valor da Produção anual – (2004, 2010, 2013 e 2016)

Produto	2004	2010	2013	2016
Arroz	R\$ 30.587,00	R\$ 30.015,00	R\$ 44.062,00	R\$ 51.264,00
Batata-doce	R\$ 1.260,00	R\$ 1.875,00	R\$ 3.900,00	R\$ 4.875,00
Batata-inglesa	R\$ 9.000,00	R\$ 3.899,00	R\$ 3.080,00	R\$ 4.560,00
Feijão	R\$ 1.624,00	R\$ 707,00	R\$ 882,00	R\$ 663,00
Fumo	R\$ 71.908,00	R\$ 73.150,00	R\$ 128.142,00	R\$ 204.000,00
Milho	R\$ 13.219,00	R\$ 11.411,00	R\$ 28.413,00	R\$ 42.874,00
Soja	R\$ 6.703,00	R\$ 8.400,00	R\$ 37.260,00	R\$ 27.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE (2017).

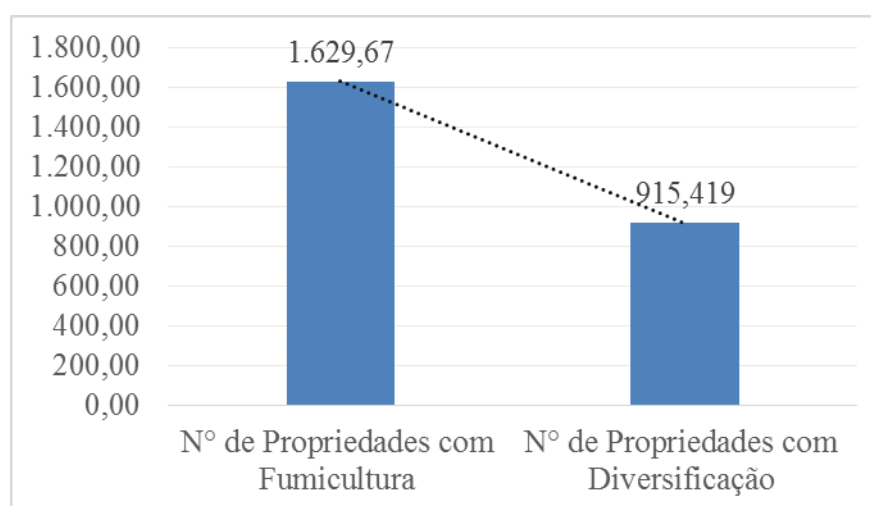
A soja teve um aumento de área plantada entre 2013 a 2016 de 5.000 mil hectares e uma desvalorização no mesmo período de R\$10.260,00 mil reais por safra, demonstrando uma estabilização de produto no mercado fazendo que o produtor que investiu num único produto por safra tenha uma diminuição na renda (AFUBRA 2017). A mesma situação não se aplica ao tabaco que se mantem com melhores preços de mercado entre os cultivos. Porém, o tabaco, é o único cultivo que teve estabilidade de preço para a comercialização entre produtor e empresa tabagista, mantendo uma média de área plantada conforme tabela 1 e 2. A batata doce teve uma diminuição de área plantada entre os anos 2004 a 2010, mas manteve preços anuais, tendo aumento entre safras positivo, demonstrando que é uma cultura que pode ser explorada pelos agricultores, tendo em vista a procura no mercado pelo produto.

A variação de preço pode ser vista pela quantidade de produtos produzidos no município e arredores ou pela demanda interna ou de exportação que o produto atinge no ano. Ao plantar uma única espécie de cultivo na propriedade, caracterizando a monocultura, o agricultor está correndo o risco de variação de preço conforme demonstrado na tabela 2. E também corre riscos

de intemperes climáticos, pragas e doenças que possa comprometer a safra e como são espécies anuais cultivadas em um único período do ano, esses riscos podem comprometer toda a renda do agricultor, portanto, diversificação de variedades de produtos cultivados na propriedade não interfere numa produção mais concentrada de uma determinada espécie, mas pode garantir renda complementar a família.

Conforme A Figura 3, existem 1.629,667 mil propriedades espalhadas pelo território nacional, que possuem ocupação de solo em atividades de cultivo de fumo e que destas somente 915,419 mil propriedades exercem outras atividades de diversificação da produção, sendo uma porcentagem de 56,17% que ampliam as possibilidades de renda ou geração de alimentos para subsistência em suas atividades anuais, ampliando o leque produtivo de geração de alimentos, empregos e renda.

**Figura 3.** Número de Propriedades e Caracterização da Produção (2015 - 2016)



Fonte: Elabora pelo autor a partir de AFUBRA (2015 e 2017).

O fumo é a produção que tem valorização significativa, segundo tabela 1 e 2, obtendo rendimento de R\$ 44.030,67 reais em média por ano nas produções anuais, mesmo mantendo praticamente a mesma área plantada. O tabaco foi a única produção que teve alta nos preços entre os anos pesquisados, tornando-se preferência nos minifúndios. Esta preferência levou 3,556 produtores a produzirem tabaco na safra 2016/2017 (AFUBRA 2017), sendo plantado em propriedades de 0,1 a 1,0 hectare numa frequência de 28,1 % das propriedades e 0,9 % em propriedades de mais de 50,0 ha conforme tabela 3, território sul-brasileiro.

A pesquisa da (AFUBRA 2017), para compreensão do perfil territorial dos fumicultores no Brasil onde aponta sete municípios gaúchos entre os dez mais produtores de tabaco em toneladas hectares na safra 2016 a 2017, demonstra a importância da cultura, mas uma

dependência para os minifúndios que encontram como solução econômica a produção do tabaco. Os lourencianos ocupam a posição número 3º do ranking Brasileiro, ressaltando ainda mais a monocultura do tabaco no município.

**Tabela 3.** Perfil dos Fumicultores

<b>HECTARES</b>	<b>FAMÍLIAS</b>	<b>%</b>
0	40.537	28,1
De 1 a 10	51.396	35,6
De 11 a 20	33.710	23,4
De 21 a 30	12.742	8,8
De 31 a 50	4.693	3,3
Mais de 50	1.242	0,9
<b>T O T A L</b>	<b>144.320</b>	<b>100</b>

Fonte: Elabora pelo autor a partir de AFUBRA (2017).

O perfil dos agricultores plantadores de tabaco são constituídos por famílias que trabalham nos minifúndios para subsistência, com média de 3,4 integrantes que exercem trabalho nas lavouras e chega a gerar no sul do país 46 mil empregos temporários para suprir demanda de plantio, tratos culturais e colheita da folha do tabaco. (AFUBRA, 2017).

Segunda AFUBRA (2017), a porcentagem de pessoas do meio rural envolvidas com o tabaco que são alfabetizadas, numa pesquisa que envolveu 100 famílias entrevistadas, apontou o uma porcentagem de analfabetos de 0,5 %, que são de pessoas mais idosas que não tiveram oportunidades de alfabetismo na época, já o ensino fundamental aparece com maior número de pessoas que não concluíram, com 89,9% contra 6,0 % que se formaram, o ensino médio completo possui porcentagem de 2,1 % e incompleto com 1,2% e nenhuma dessas famílias entrevistados tem superior completo. Este perfil de alfabetismo das famílias produtoras de tabaco mostra uma dura realidade do rural Brasileiro que é a educação básica, por mais acessível que esteja comparado com anos passados ainda é uma barreira que deve ser trabalhada.

A composição das famílias e integrantes que ocupam o meio rural e trabalham com fumo, sendo que AFUBRA abordou 144.320 Mil pessoas nos três estados; Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e estratificou em média que as famílias possuem 0,907 filhos independentes, 0,818 menores que não trabalham nas lavouras de tabaco, 2,268 maiores que exercem atividade nas lavouras e trabalham com tabaco, demonstrando uma frequência de envolvidos nas atividades, e tendo infelizmente até ajuda de menores de 18 anos nas lavouras, o que colabora com o analfabetismo citado anteriormente.



Conforme Silva (2002), a necessidade da mão de obra, para a região sul brasileira, tanto familiar quanto contratada, para ajudara na produção do tabaco, gerando empregos e fonte de renda aos envolvidos.

Observando-se tal tipo de ambiente produtivo, assinala-se a cultura do fumo. Especificamente, os fumos claros, produzidos na região sul do Brasil, têm a atividade caracterizada pela participação, por parte dos agricultores, de pequenas propriedades, com uso intensivo de mão-de-obra, sobretudo familiar, o que expressa a importância socioeconômica deste produto. (SILVA, 2002, p. 3).

O Retrato do agricultor explicado pelo autor Silva (2002), onde relata uma maior frequência de envolvimento familiar na agricultura e estratificados pelos técnicos da AFUBRA na tabela 3, indicando que 144.320 famílias produzem tabaco em minifúndios de 0,1 hectare até mais de 50,0 ha nos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo concentração maior em propriedades de 0,1 a 20,0 hectares com uma concentração entre os intervalos de classe de 125.463 mil famílias produtoras de tabaco, tabela 3.

O cultivo de tabaco no Brasil tem como base as pequenas propriedades, em média com 15,2 hectares, sendo que destes, apenas 16,6% são dedicados à produção da folha. Apesar da pequena lavoura plantada, o cultivo representa 47,9% da renda familiar dos agricultores segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil. A área restante é reservada para culturas alternativas e de subsistência (35,6%), criações de animais e pastagens (20,6%), florestas nativas (16%) e reflorestamento (11,2%). Segundo a AFUBRA, 28,1% das famílias que produzem tabaco não possuem terra própria, ou seja, aproximadamente 40 mil famílias desenvolvem a cultura em regime de parceria ou arrendamento. (AFUBRA, 2017).

Assim, como relatado pela AFUBRA (2017), e verificado no município através dos dados IBGE, que o minifúndio é utilizado para plantações de fumo em sua grande maioria e serve como geração de renda familiar e sustento agrícola, tendo plantios secundários para subsistência com porcentagem de 35,6% da composição da área das propriedades (AFUBRA, 2017).

A monocultura do tabaco em São Lourenço do Sul pode ser determinada a partir de que os agricultores encontraram na estabilidade econômica do tabaco uma alternativa as baixas de preços de outros cultivos, sendo que não necessita de muitos hectares e exigem pouca tecnologia para produzir o tabaco in natura. As variações econômicas de outras espécies cultivadas e a estabilidade econômica do tabaco determina o monocultivo de fumo no município lourenciano, pois, a falta de conhecimento de outras alternativas fez com que o tabaco tornasse preferência entres os produtores. Porém, as empresas fumicultoras possuem uma relação, onde há um acompanhamento técnico fornecido gratuitamente para assistir os agricultores na

produção do tabaco, o que também colabora para determinar a monocultura fumageira no município de São Lourenço do Sul. Os preços estáveis de mercado, a boa relação entre agricultor e empresas do ramo fumageira e a falta de conhecimento de outras atividades colaboraram para o crescimento do plantio do tabaco no município.

A próxima seção 5.2, diversificação produtiva e o papel das políticas públicas aborda o a importância da diversificação produtiva como alternativa a monocultura e como se relaciona agricultor, diversificação e políticas públicas.

## 5.2 DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta seção visa a discutir a realidade da diversidade produtiva existente em São Lourenço do Sul e analisar a importância da atuação de políticas públicas para a diversificação produtiva.

As plantações temporárias no município têm diversas culturas que apresentam menor grau de relevância territorial, além das principais já citadas anteriormente, mas que tem impacto se somadas entre elas na economia, geração de alimento e trabalho, se forem fomentadas podem tornar produtos a serem plantados como alternativa para diversificar as propriedades. A tabela 4 apresenta a importância que tem uma maior distribuição de produtos para economia, pois como podemos notar na tabela 1, que os produtores de São Lourenço do Sul procuram focar em algumas principais culturas plantadas em hectares cultivados e que o fumo é predominante nos minifúndios.

A tabela 4 mostra todas as culturas anuais plantadas no município e que sem observarmos existe uma preferência por sete culturas, que são mais plantadas pelos lourencianos. Porém, em 580 ha cultivados na soma dos sete produtos de menor importância territorial, gera R\$ 1.964,00 mil reais ao ano. Se dividido hectares por valores, em média, dá uma quantia de R\$ 386,62 mil reais por hectares.

O cultivo da cebola destaca-se em hectares plantados e valor de safra, o cultivo rende ganhos semelhantes a produtos como a batata doce e ao feijão, plantados em maior quantidade de hectares em 2016, podendo ser uma cultura potencial para plantio. Comparando os demais cultivos em hectares e valores podemos perceber uma produção quase de subsistências desses produtos pelo fato de terem poucos hectares, plantados e valor baixo individual, enquanto o faturamento dos sete produtos mais plantados tem peso econômico de R\$ 134.301,00 mil reais em 45.265 ha, cultivados no município.

**Tabela 4.** Produção em hectares e valor da Safra em São Lourenço do Sul (2016)

<b>Produto</b>	<b>Hectares Plantados</b>	<b>Valor. Faturado (Mil Reais)</b>
Alho	15	R\$ 90,00
Amendoim	50	R\$ 113,00
Cebola	300	R\$ 1.044,00
Mandioca	100	R\$ 360,00
Melancia	50	R\$ 150,00
Sorgo	70	R\$ 54,00
Tomate	10	R\$ 243,00
<b>TOTAL</b>	<b>580</b>	<b>R\$ 1.964,00</b>
Arroz	9.550	R\$ 30.587,00
Batata-doce	400	R\$ 1.260,00
Batata-inglesa	1.500	R\$ 9.000,00
Feijão	750	R\$ 1.624,00
Fumo	8.065	R\$ 71.908,00
Milho	18.000	R\$ 13.219,00
Soja	7.000	R\$ 6.703,00
<b>TOTAL</b>	<b>45.265</b>	<b>R\$ 134.301,00</b>

Fonte: Elabora pelo autor a partir de IBGE (2016).

A geração de alimentos é incentivada pelo governo federal, através de ações ao combate à monocultura fumageira com liberação de créditos e como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Este projeto tem o objetivo de estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não-agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. ” (Ministério do Desenvolvimento Agrário 2017).

Admite-se a concessão de financiamento de investimento ao amparo do Pronaf a produtores de fumo que desenvolvem a atividade em regime de parceria ou integração com agroindústrias, desde que: a) os itens financiados se destinem a fomentar a diversificação das atividades geradoras de renda da unidade familiar produtora de fumo, e a reconversão para outra atividade, vedado o financiamento para construção, reforma e manutenção das estufas para secagem do fumo ou de uso misto, para a secagem do fumo e de outros produtos; b) no cálculo da capacidade de pagamento, especificado em projeto técnico, fique comprovado que, do total da receita bruta da unidade de produção familiar, a receita bruta gerada por outras atividades que não a produção de fumo seja de, no mínimo: I - 30% (trinta por cento) no ano agrícola 2016/2017; II - 40% (quarenta por cento) no ano agrícola 2017/2018; III - 50% (cinquenta por cento), a partir do ano agrícola 2018/2019; c) seja apresentado em plano ou projeto de crédito para reconversão da atividade produtiva da unidade familiar que não inclua qualquer item de estímulo à cultura do fumo. (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017).

A nível de governo estadual, o Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul – COREDE-SUL também possuem linhas para a diversificação:

A produção agropecuária representa 12% do Valor Adicionado Bruto (VAB) do COREDE. Apesar de possuir uma base produtiva bastante diversificada, ocorre uma elevada concentração na produção de arroz e fumo. Na pecuária a produção também concentra-se na produção de bovinos e leite, que movimentam o segmento de abate e produto de carnes, representando cerca de 4% da produção estadual.

As perspectivas de estrangulamento do segmento do tabaco tendo em vista os efeitos da Convenção Quadro tornam necessário a diversificação da produção para viabilizar a produção que, predominantemente se origina das pequenas propriedades. Apesar de ter enfrentado problemas em um período recente, a fruticultura e a indústria conserveira ainda possui grande importância para a Região, sendo que o segmento da indústria de transformação conservas de frutas, legumes e outros vegetais participa com cerca de 23% do produzido no Estado. (COREDE-SUL, 2017).

A partir dos resultados econômicos, tabela 5, da safra 2015 a 2016, demonstrando que a cultura do fumo é uma das mais importante economicamente entre as propriedades do sul do Brasil, com valor de R\$ 48.707,00 mil reais numa produção de 4.819 Kg de fumo em folha por safra/ano. Mostrando a importância do produto, mas também uma dependência dos agricultores a monocultura do tabaco, situação expressa anteriormente. No ranking da tabela 5, relacionando propriedades Brasileiras, podemos perceber a presença de produtos de maior preferência dos agricultores de São Lourenço do Sul em todo o território nacional.

As culturas com maior preferência pelos lourencianos, também são interessantes em outros estados Brasileiros, o Milho no ranking ocupa a segunda colocação, com valor de R\$ 9.993,00 mil reais, já a Soja em quarto lugar com R\$ 3.662,00 mil reais, o Feijão em sexto, R\$ 1.211,00 mil reais, Batata doce em oitavo, R\$ 718,00 mil reais e o Arroz em decimo terceiro lugar com faturamento de R\$ 301,00 mil reais, comparando com tabela 4, onde os números são de propriedades que tem outros perfis produtivos notamos a diferença em rendimento econômico para aqueles que tem o tabaco como renda principal e plantam outras culturas para subsistência ou alimentação, demonstrando que programas governamentais são necessários para o desenvolvimento rural do município de São Lourenço do Sul.

O desenvolvimento de atividades fomentadas por programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), Plano Safra e Conselho Monetário Nacional (CMN), possui regras que ajudam os agricultores com limites de exposição de crédito e de arrendamento mercantil. Estes programas de incentivo de credito tem maiores chances de atingir o público alvo, no caso, os agricultores, pois ao receber incentivo à mudança, retorno financeiro para

implementação de novas atividades, facilitação da venda dos produtos e valores fixos de mercado e seguros da produção agrícola o produtor rural fica mais seguro para investir em outras atividades ligadas a agricultura.

Os créditos e seguros agrícolas proporciona uma maior segurança para o agricultor expandir suas linhas produtivas e tendo o extensionismo da EMATER/ASCAR para conduzir e orientar as maneiras corretas de usufruir o potencial agropecuário das propriedades formando o elo que mantém a agricultura em processo de evolução.

**Tabela 5.** Perfil Produtivo dos fumicultores Sul – Brasileiro

Ranking	Cultura	Hectares		Produção	Valor
		Plantados	%	Kg	R\$
1	Fumo (Tabaco)	2,524	17	4.891	48.707,00
2	Milho	3,47	23	13.324	9.993,00
3	Mandioca	0,106	0,7	2.645	4.126,00
4	Soja	1,202	7,9	3.077	3.662,00
5	Laranja	0,052	0,3	970	1.329,00
6	Feijão	0,28	1,8	397	1.211,00
7	Melancia	0,031	0,2	765	757
8	Batata-doce	0,041	0,3	322	718
9	Outros produtos	0,008	0,1	51	442
10	Uva	0,013	0,1	129	441
11	Cebola	0,023	0,2	171	404
12	Cana-de-açúcar	0,091	0,6	2.728	389
13	Arroz	0,049	0,3	307	301
14	Pêssego	0,017	0,1	98	294
15	Hortaliças	0,016	0,1	102	238
16	Batatinha	0,013	0,1	82	197

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de AFUBRA (2015 e 2017).

Os produtos como a Mandioca com rendimento econômico de R\$ 4.126,00 Mil reais em terceiro lugar, Melancia, R\$ 757,00 Mil reais que aparece em sétimo lugar e Cebola com R\$ 404,00 Mil reais em decimo primeiro são produtos com pouca área plantada em São Lourenço do Sul, mas que tem rendimentos interessantes para o município e que deveriam ser melhor explorados por mais agricultores.

Para Deponti e Schneider (2013, p. 198), os agricultores acabam plantando tabaco por rendimento financeiro, conhecimento empírico herdado dos pais, pela facilidade de venda e por não conhecerem alternativas ao tabaco.

A diversificação da produção vai além de plantar outras culturas, pode diversificar a propriedade com inúmeras alternativas como: turismo rural, agroindústria, produção e

comercialização de artesanato, pesca, pecuária de leite ou de corte, criação de animais agropecuários, silvicultura, hortifrúti e plantações de hortas, cabe ao agricultor explorar a potencial da propriedade e a EMATER conduzir atividades para fomentar a agricultura diversificada.

No referente a produção diversificada de alimentos, foi incentivada e orientada a produção para os espaços institucionais de comercialização, como PAA e o PNAE, para geração de renda das famílias rurais. Ações essas executadas através de metodologias participativas e que partiram do respeito ao agricultor familiar como sujeito de sua história e dono de um saber resultante de um processo de aprendizado repassado por gerações. As ações de ATERS caracterizaram-se, primordialmente, por uma ação socioeducativa que envolveu a visão da família, da comunidade e do ecossistema. (EMATER, 2016. p. 42).

As maneiras de incentivar os agricultores são através de inclusão de programas para agricultura familiar onde se enquadra os minifúndios rurais, estes programas como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e o mais importante para os minifúndios de São Lourenço do Sul, tendo em vista a diversificação das áreas é a Chamada Publica do Tabaco, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

A partir da ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) pelo Governo Federal em 2005, o MDA assumiu importante compromisso com a instituição do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, diversificação produtiva e participação social, o Programa atua na qualificação do processo de produção e de desenvolvimento nas áreas de fumicultura, assim como na perspectiva da produção ecológica, mediante a redução do uso de agrotóxicos. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2017).

Para Perondi et al. (2008, p.18), os programas beneficiam os agricultores em inúmeros fatores, trazendo resultados positivos em diversos aspectos como, saúde e bem-estar, redução da vulnerabilidade social, segurança alimentar e uso mais sustentável dos recursos naturais, o que colabora para criar alternativas para os agricultores do tabaco.

Os resultados deste diagrama permitiu visualizar os objetivos das políticas de melhoria dos meios de vida sustentáveis: (a) Maior renda, resultado da busca pelo aumento da renda líquida das atividades que empreendem; (b) Aumento do bem-estar, que são os bens não materiais, como a auto-estima, sensação de controle e inclusão, segurança física dos membros da família, saúde, acesso aos serviços, autonomia política, conservação da sua herança cultural, etc.; (c) Menor vulnerabilidade, pelo resgate das populações carentes de uma condição de vida precária e insustentável, reduzindo, assim, a sua vulnerabilidade às situações adversas e aumentando a sustentabilidade social geral dos seus meios de vida, o que pode ser mais importante até que obter um máximo de vantagens; (d) Maior segurança alimentar, que, apesar de ser uma dimensão da vulnerabilidade, aparece, aqui, como uma categoria distinta

para enfatizar sua importância, pois a fome e a dieta inadequada são uma dimensão evidente da carência; (e) Uso mais sustentável dos recursos naturais, isto é, a busca pela sustentabilidade da base dos recursos naturais, que é beneficiada no longo prazo com o uso mais cauteloso dos recursos naturais. (PERONDI et al. 2008, p.18).

Os programas específicos para agricultura familiar ou de projetos para criar alternativas à monocultura do tabaco na agricultura do município, junto com as características do meio rural local, que são de produção em minifúndios por agricultores de base familiar, podem ajudar a modificar o sistema instalado na região sul.

A agricultura é presente no município de São Lourenço do Sul e possui bons números econômicos de safra se comparados com outros municípios, com grandes quantidades produzidas em hectares plantados, o que qualifica a diversificação será uma estruturação planejada de alternativas produtivas diversas de cultivo.

O interesse do poder público de modificar a característica dos minifúndios com monocultura fumageira é percebido através de elaboração de projetos de diversificação e tem colaborado para os lourencianos expandirem seus métodos de obterem rendimento econômico. Portanto, a diversificação das atividades poderá garantir alternativa de fonte de renda e oportunizar ganhos econômicos para os agricultores a médio e longo prazo.

A agricultura familiar é fundamental no processo de aplicação sustentável da diversificação, e principal agente no desenvolvimento local e regional. Quando fomentado a trabalhar com outras potencialidades da propriedade rural, o agricultor pode diversificar as atividades para ter alternativas a monocultura fumageira. A quebrando de barreiras de conhecimento empírico da agricultura local, passa pelo trabalho realizado pelo extensionismo da EMATER-ASCAR, tendo o cuidado de não modificar o ambiente do município que sempre teve a agricultura e pecuária muito presente nas origens de São Lourenço do Sul.

Assim, em linhas gerais, a noção de multifuncionalidade da agricultura refere-se ao reconhecimento de que a agricultura e os agricultores possuem uma contribuição que extrapola a mera produção agropecuária, podendo propiciar também a garantia de qualidade dos alimentos, o desenvolvimento de sistemas agrícolas diversificados, a manutenção do tecido econômico e social rural, bem como a conservação, preservação e sustentabilidade ambiental no meio rural. (FROEHLICH et al. 2005 *apud* VARGAS; OLIVEIRA, 2012. p. 178).

A diversificação da produção é fomentada pelo governo federal e estadual, incentivada pela EMATER e como não precisa de altos investimentos para diversificar a produção e têm potencial para a geração de renda na pequena propriedade agrícola o que colabora para criar outras alternativas econômicas para os agricultores que tem somente os ganhos econômicos do tabaco para sustento anual.

### 5.3 VISÃO DA ATUAÇÃO DA EMATER/RS-ASCAR E AS POSSIBILIDADES DE DIVERSIFICAÇÃO

A Subseção, 5.3 é uma análise da percepção da EMATER/RS- ASCAR locais no que tange às possibilidades da diversificação produtiva.

A orientação exercida pelos extensionista aos agricultores tem por objetivo incentivar a maior estruturação da propriedade visando quebrar a visão empírica do agricultor de produzir e tem o papel de influenciar e interferir positivamente numa região com projetos e políticas públicas necessárias para conduzir melhores oportunidades ao agricultor. A condução de abordagens entre o poder público e agricultura é feita através de diálogos para estabelecer problemas e tentar resolvê-los, nesse espaço de tempo que a EMATER-ASCAR atua entre agricultor e projetos oferecidos pelo estado.

Para Deponti; Almeida (2010), a maneira de se relacionar entre os envolvidos, destacando o diálogo como ferramenta de convencimento entre atores e problemas:

Os recursos da intervenção baseiam-se na educação, na qual os mediadores advogam como missão, assumindo uma posição de mensageiros, transferidores de ensinamentos e técnicas que são glorificados para garantia e construção da legitimidade. Dessa forma, intervenção e extensão rural se assimilam, pois, a ação do extensionista tende a substituir os conhecimentos dos agricultores sobre a realidade pelos seus conhecimentos, caracterizando essa transmissão como estática e mecânica. A postura de mensageiro, respaldada pela base científica de seu conhecimento, tende a sobrepor-se ao saber do agricultor. (DEPONTI e ALMEIDA, 2010, p. 183).

Portanto, a mediação social é presente nas tratativas entre extensionista e produtor na temática de abordar realidades como está demonstrada na pesquisa, que revela uma concentração de monocultura por grande maioria dos minifúndios de São Lourenço do Sul, tendo como visão o desenvolvimento e caminhos para estabelecer saídas que a diversificação é abordada como uma solução viável e pratica como alternativa aos agricultores lourencianos.

A EMATER/RS-ASCAR tem objetivo de atender o agricultor (a) com a missão de ajudar a promover o desenvolvimento rural sustentável no estado do Rio Grande do Sul. visando a prestação de serviços sem fins lucrativos, com a prestação de assistência técnica na extensão rural e social. Os valores de ética e transparência nas relações com os agricultores assegura uma gestão democrática; compromissada com resultados de trabalho e legalidade e moralidade. (EMATER/RS-ASCAR, 2017).

Os técnicos e pessoas qualificadas da EMATER praticam o extensionismo, visando a desenvolver o rural através da troca de conhecimentos com os agricultores, colaborando com ideias, implementação de melhores práticas agropecuárias e assistência social. Segundo



entrevista realizada com os extensionistas da região Sul do estado do Rio Grande do Sul, na data de 26 de outubro de 17, a EMATER e os extensionista cumpre com todas funções previstas no escopo da instituição, colaborando a seis décadas com o desenvolvimento rural.

“O corpo técnico da EMATER vem trabalhando na extensão levando conhecimento de acordo com a pesquisa, mas sobretudo sempre levando em conta o conhecimento do próprio agricultor, efetivando assim uma troca de experiências”. (Entrevistado – Técnicos da EMATER/RS-ASCAR, 2017).

A interação entre técnicos extensionistas e agricultores é muito estreita e delicada, visto que os extensionistas precisam abordar alternativas para melhorar a vida das famílias que vivem na zona rural e qualquer ideia de mudança pode causar desconforto se não houver uma boa relação de confiança.

Os técnicos relataram nas respostas em e-mails e telefonemas que necessitam de muito dialogo para tratar as particularidades das famílias em relação a desenvolver, tendo a preocupação de melhorar não somente a propriedades, mas sim todo o contexto do meio rural, levando em conta manejo agropecuário adequado, saúde, bem-estar, meio ambiente, legislação.

Para Carvalho (2016), a assistência técnica é uma relação próxima entre técnicos e agricultores.

A Extensão Rural apresentou um sentido mais amplo, de educação, enquanto a Assistência Técnica representou uma solução mais pontual. O Trabalho de Extensão Rural, como um processo educativo de comunicação, é gradual e de fluxo bilateral e deve ser acompanhado por um período contínuo a fim de realmente elaborar indicadores e mudanças mais condizentes com a realidade. Entretanto, a Assistência Técnica, apesar de ser uma ação pontual, traz benefícios imediatos ao agricultor e torna o processo produtivo mais eficiente. (CARVALHO, 2016, p. 20).

Porém, segundo Haverroth, (2012), a extensão rural exercida atualmente, guiada pelas políticas públicas não vem contemplando de forma plana os contextos possíveis de desenvolvimento rural. “Com relação à assistência técnica e extensão rural, o modelo tecnicista e reducionista da difusão de inovações, historicamente utilizado pelo sistema público, não contempla as várias dimensões da sustentabilidade buscadas na transição agroecológica”. (HAVERROTH, 2012, p. 85).

Para Deponti e SCHNEIDERS (2013), o extensionismo vai além de produção agrícola e deve ter um enfoque maior colaborando com amplitudes de extensão rural praticada atualmente.

Assim, à função clássica da extensão, de estender conhecimentos e tecnologias e de trabalhar com aspectos produtivos e educação, agregam-se outras demandas e funções que vão além do setor agrícola, sendo elas de ordem intersetorial, necessitando de uma nova institucionalidade e competência, pois modelos únicos não darão respostas satisfatórias. (DEPONTI e SSCHNEIDER, 2013, p. 204).

A complementação de atuações dos extensionista em várias áreas que contemplam o meio rural e são necessárias para o desenvolvimento, são necessárias e pontuais, portanto a busca de conhecimento deve ser constante para os técnicos alcançarem a diversidade de necessidades dos agricultores.

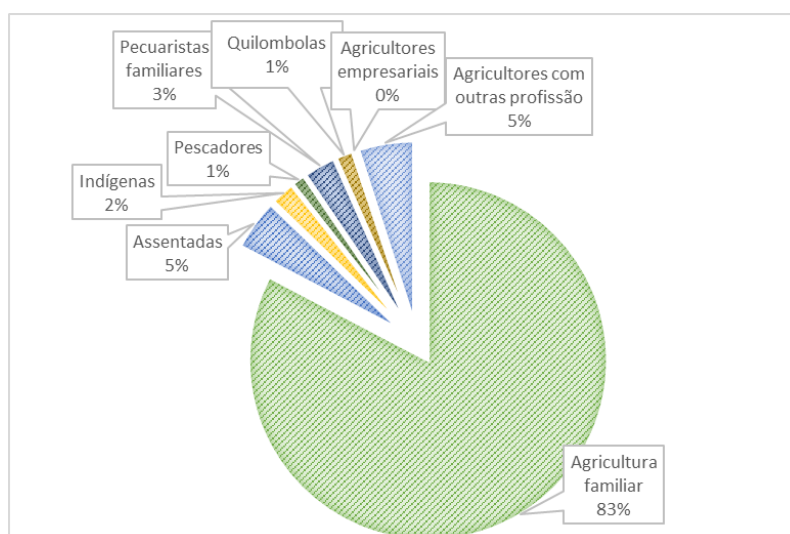
O conhecimento e abrangência da EMATER, que é transmitido aos agricultores do meio rural vai além de somente conhecimento agrícola, o extensionista necessita transmitir conceitos econômicos, ambientais e de legislação.

Para os técnicos atuarem com povos tradicionais requer conhecimento cultural, pois a abordagem de inclusão e desenvolvimento com diversos públicos como remanescentes quilombolas, pescadores, indígenas, pecuaristas familiares e agricultura familiar é feita especificamente para cada grupo, trabalhando as particularidades de cada movimento social.

Para Perondi et al. (2008), a abordagem da diversidade pelos extensionistas é fundamental e imprescindível para a atuação da EMATER.

Entre os pilares fundamentais que sustentam a Política Nacional de Ater, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre é elemento central de todas as ações orientadas por essa política. (PERONDI et al. 2008, p. 20).

Na figura 4, verificasse a porcentagem de atuação da EMATER/RS, em diferentes públicos, onde demonstra uma variação de atuação dos extensionistas rurais em diversas frentes, totalizando 246,0087 mil atendimentos em geral.

**Figura 4.** Porcentagem de atendimentos em públicos diversos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de EMATER/RS (2017).

Percebe-se que a porcentagem de atendimentos dos extensionistas é maior na agricultura familiar, totalizando 83% dos atendimentos, podendo ser caracterizado pela amplitude de famílias relacionadas e a demandas específicas de projetos, todavia mostra mesmo que em frequência menor há uma atuação expandida em diversos públicos.

Com certeza, este é o foco do nosso trabalho de extensão, sempre voltado para a inclusão social e produtiva, buscando uma melhor qualidade de vida das famílias, sempre de modo participativo, dialogando e priorizando as necessidades de cada grupo ou família, respeitando suas particularidades nos eixos sociais, culturais, econômicas e ambientais. (Entrevistado – Técnicos da EMATER/RS-ASCAR, 2017).

A diversidade cultural é presente no meio rural e deve ser bem compreendida pelos extensionistas para que ocorra andamento no desenvolvimento rural e sustentável. Assim os agricultores familiares produtores de tabaco de São Lourenço do Sul inseridos nesse contexto múltiplo de cultura, produção agrícola e assistência, tem a EMATER como aliada e de suma importância no objetivo de mudar o conceito de monocultura, trazendo a diversificação produtiva como alternativa viável aos agricultores.

Para Ellis (2000 *apud* PERONDI et al. 2008, p. 33), a diversificação colabora para o desenvolvimento rural em vários aspectos.

[...] a diversificação dos meios de vida resulta em complexas interações com a pobreza, podendo contribuir de várias formas: primeiro, com a distribuição de renda, pois existe uma correlação positiva entre a superação da pobreza por parte das famílias rurais e a diversificação de seus modos de vida; segundo, com a produtividade rural, onde diversificação dentro da unidade de produção muitas vezes acontece associada às contribuições de segurança de renda doméstica melhoradas pela diversificação fora da porteira da propriedade rural; terceiro, com o meio ambiente, pela redução da

necessidade de os agricultores menos capitalizados super explorarem o solo agrícola para levar a cabo práticas extrativas do local para a sobrevivência; quarto, com as relações de gênero, ao melhorar a distribuição da renda dentro da família; e, quinto, com maior segurança aos efeitos macroeconômicos, isto porque, com a relativa liberalização de preços e mercados, a diversificação pode reduzir seus efeitos imediatos. (ELLIS, 2000, *apud* PERONDI et al. 2008, p. 33).

Para isso, a EMATER atendeu no ano 2016 no estado do Rio Grande do Sul, 2.400 famílias da agricultura familiar em alternativa ao tabaco em 35 municípios. (EMATER, 2016). O que colabora com os objetivos da instituição em levar a prática de diversificação para os agricultores e em específico os que cultivam a monocultura do tabaco.

Questionados sobre diversificação como alternativa para as propriedades de monocultura fumageiras, os extensionistas revelam terem obtido resultados positivos e consistentes para os agricultores, trazendo oportunidade de sustentabilidade as famílias sem gerar uma degradação ambiental permanente.

Quando perguntado sobre possíveis barreiras para diversificação da produção os entrevistados relataram não haver obstáculos se tiver planejamento das atividades.

Volto a salientar que depende da aptidão e interesse de cada um, pois economicamente para a pequena propriedade sabemos que ainda que o tabaco é mais rentável, porém já constatamos que a família que planta tabaco e outros produtos de subsistência está financeiramente e consequentemente com uma melhor qualidade de vida do que aqueles que praticam a monocultura do fumo. (Entrevistado – Técnicos da EMATER/RS-ASCAR, 2017).

Os técnicos também ressaltam que não há condições visivelmente favoráveis a mudança para o agricultor que só visa a ganhos momentâneos, a diversificação das atividades deve ser implementada com paciência e tendo em vista o futuro das propriedades. “Nunca existirá condições desfavoráveis para a diversificação em qualquer lugar, somente para a monocultura, se o agricultor necessita de ganhos rápidos, sem investimentos”. (Entrevistado – Técnicos da EMATER/RS-ASCAR, 2017).

Relacionado a produção agrícola de São Lourenço do Sul com atendimentos da EMATER/RS pelo estado, conforme Tabela 6, verificasse a presença de assistência dos extensionistas em propriedades com plantios de culturas anuais de relevância para o município, citados anteriormente.

**Tabela 6.** Assistência da EMATER nas propriedades rurais

<b>Produto</b>	<b>Produtores</b>	<b>Área assistida</b>
Arroz	886	22.364
Feijão	37	53
Milho	284	1.994
Soja	41	171
Batata	21	37
Alho	174	181
<b>Total</b>	<b>1443</b>	<b>24800</b>
Cana-de-Açúcar	3	4
Cebola	164	260
Tomate	382	158
Morango	879	214
Melão	66	28
Melancia	110	89
Bergamota	23	85
Laranja	27	31
Limão	22	7
Pêssego	75	126
Viticultura	206	276
<b>Total</b>	<b>1957</b>	<b>1278</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de EMATER/RS (2016).

Os produtos com maior destaque no município representados na tabela 6, que cruza cultivo, número de produtores e frequência de assistência, demonstrando a quantidade de visitas as propriedades e a atuação da EMATER com os agricultores. A tabela 6, também mostra outras culturas anuais que não são frequentes em São Lourenço do Sul, mas podem ser alternativas para os agricultores lourencianos.

Para os profissionais da EMATER, o Estado colabora com o desenvolvimento rural no momento que elabora projetos que facilitam a aquisição de produtos e liberação de créditos com programas como PRONAF, PNAE, PAA, SEAF e PROAGRO MAIS, estas políticas trazem para o campo a oportunidade de venda e auxílio na produtividade.

“Com certeza são políticas públicas e programas que vieram para incentivar a produção e a valorização da agricultura familiar”. (Entrevistado – Técnicos da EMATER/RS-ASCAR, 2017).

Observasse a presença do Estado e da EMATER através das oportunidades ofertadas aos agricultores de mudarem sua situação agrícola, na tabela 7, quantidade de crédito rural obtido pelos agricultores e orientado pelos técnicos da EMATER/RS, verificasse a atuação dos dois órgãos na tabela 7.

**Tabela 7.** Orientação da EMATER para crédito rural

<b>Discriminação</b>	<b>Unidade de Medida (nº projetos)</b>	<b>Quantidade (R\$)</b>
Projetos de Investimento	15.536	R\$ 626.760.787,99
Projetos de Custeio	24.090	R\$ 466.953.267,87
<b>Total</b>	<b>39.626</b>	<b>R\$ 1.093.714.055,86</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de EMATER/RS (2016).

A EMATER ajudou a distribuir em custeio de crédito rural em 2016, o valor de R\$ 1.093.714.055,86 em 39.626 projetos o que aplicado com orientação dos extensionistas pode alavancar os produtores, melhorar a safra e ajudar no desenvolvimento rural.

Para Perondi et al. (2008), “é importante salientar que o desenvolvimento rural não possui um conceito, mas uma noção que orienta políticas públicas para atingir o desenvolvimento, sendo para o momento atual, o foco orientado para o combate à pobreza rural, sendo a diversificação dos meios de vida, a melhor e mais efetiva estratégia de ação.

A EMATER e seus extensionista estão aptos a trabalharem com oportunidades de desenvolvimento rural na região e devem através do diálogo ajudar a preparar os agricultores para alternativas viáveis como contraproposta ao modelo de monocultura estalado nos minifúndios agrícolas de São Lourenço do Sul e conforme contatado a atuação dos extensionistas da EMATER/RS-ASCAR, apesar de ser numa abrangência territorial muito grande e ter que trabalhar com diversas pluralidades do meio rural tem mostrado competência no atendimento das famílias que dependem cada vez mais de alternativas econômicas para resistir a variações econômicas, políticas e climáticas que afetam sua fonte de renda.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo discutir o cenário da monocultura fumageira em São Lourenço do Sul e as oportunidades de diversificação produtiva, sendo a diversificação da produção ou dos métodos de produção como possibilidade de potencializar as propriedades rurais do município lourenciano. A monocultura tem ganhos superiores as demais culturas e assegura renda para os agricultores, porém a diversificação poderá aumentar as possibilidades de econômicas visto que não precisa abrir mão do cultivo principal e que a introdução de outras culturas nas propriedades não trará perda de rendimento do tabaco. Entretanto é necessário entender qual a melhor cultura ou método para que saibam comercializar os produtos e não tenha para quem comercializar o cultivo.

A agricultura é a principal fonte de renda do meio rural, portanto, a diversificação dos métodos de cultivo gera uma independência de comercialização, o que, agrega nas possibilidades ganhos.

O estudo avançou na compreensão do perfil produtivo do município de São Lourenço do Sul, bem como na compreensão do papel das políticas públicas e da extensão rural no fortalecimento de ações vinculadas à diversificação produtiva. Pelos dados analisados, constatou-se que (apresentar principais conclusões).

No que tange ao papel da EMATER/RS-ASCAR em relação à diversificação, concluiu-se que a EMATER é participativa e cumpre com o objetivo de ajudar o meio rural a desenvolver práticas de econômicas, culturais e ambientais. A EMATER colabora para desmistificar a monocultura fumageira que traz consigo possíveis riscos econômicos e através do diálogo no meio rural que os extensionistas impulsionam o desenvolvimento rural.

São Lourenço do Sul tem potencial para desenvolver qualquer atividade, desde produção agrícola alimentar, agropecuária, turismo, pesca, artesanato, agroindústrias e entre outras, porém além do potencial geográfico favorável, assistência técnica da EMATER, e incentivo governamental é necessário uma quebra de paradigmas que levam a agricultura buscar sempre rendimentos rápidos e fáceis sem ter alternativas para possíveis acontecimentos que alterem os ganhos da safra.

Este estudo contribuiu para identificar fatores que levam os agricultores a focarem suas plantações na monocultura do fumo e destacou a importância da EMATER para ajudara a espalhar a cultura de diversificar as propriedades como alternativa econômica a monocultura.

Em relação aos limites da pesquisa, é importante destacar que a abordagem com a EMATER/RS-ASCAR foi limitada a trocas de e-mails e telefonemas o que fragilizou a obtenção de dados e estreitou a análise da atuação da instituição perante os agricultores.

Diante desta discussão e dos limites da pesquisa, sugerem-se estudos futuros que possam analisar com mais profundidade a relação entre o agricultor e atuação da EMATER/RS e verificar a importância dessa interação com o desenvolvimento dos agricultores.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. **Servidão Moderna e Violações de Direitos Humanos**. Pag. 207. Disponível em: [http://actbr.org.br/uploads/conteudo/594\\_Fumo\\_serv\\_moderna\\_livro.pdf](http://actbr.org.br/uploads/conteudo/594_Fumo_serv_moderna_livro.pdf). Último Acesso em 11 abril de 2017.
- BARRERO, G, A, B. FREITAS, C, A de. ILHA, A, da S. STADUTO, J, A, R. **A fumicultura no rio grande do sul: uma abordagem sob a ótica da nova economia das instituições**. Grupo de pesquisa sugerido: sa sugerido: Cadeias Agroindustriais. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/mila/clailton/publicacoes/cientificos/fumicultura-rs.pdf>. Último Acesso em: 20 agosto de 17.
- CABRAL, M. C. L. **A Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR) e o Fortalecimento da Rede Produtiva do Feijão: diálogo entre saberes**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: [http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Marcia%20Cabral.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Marcia%20Cabral.pdf). Acesso em: 29 julho 2017.
- CARVALHO, J. K. **O Trabalho Infantil na Fumicultura em São Lourenço do Sul – RS**. Trabalho de Conclusão Submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural. São Lourenço do Sul-RS, 2013. Acesso em: 29 outubro 2017.
- CARVALHO, J. U. **Assistência técnica e extensão rural aos agricultores da região de Porto Alegre-RS**. Trabalho de Conclusão Curso de Engenheiro Agrônomo, Faculdade de Agronomia, UFRGS. Porto Alegre-RS, 2016. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/158904>. Acesso em: 29 outubro 2017.
- COREDESUL. Conselho Regional de Desenvolvimento da metade Sul. Disponível em: <http://www.coredesul.org.br/Mapa#SaoLourencodoSul>. Último Acesso em 22 setembro 2017.
- CORRÊA, E. S. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – Um Canal de Comercialização da Agricultura Familiar em São Lourenço do Sul**. Trabalho de Conclusão Submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. São Lourenço do Sul/RS, 2011.
- DAL SOGLIO, Fábio. **História da modernização da agricultura: um conto de muitas facetas**. Disponível em: [https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/1020843/mod\\_resource/content/0/modulo\\_1/2\\_pacifico.pdf](https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/1020843/mod_resource/content/0/modulo_1/2_pacifico.pdf). Acesso em 15 de junho de 2017.
- DIETRICH, O. B. **O processo Histórico e as Transformações Socioeconômicas Que Ocorreram na Cultura do Tabaco**. Trabalho de Conclusão Submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. São Lourenço do Sul/RS, 2011. Último Acesso em 03 outubro de 2017
- EMATER/RS-ASCAR. Associação Riograndense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/>. Último Acesso em 03 setembro de 2017

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <https://moodle.ufrgs.br/course/view.php?id=43037>. Último Acesso em 03 maio de 2017.

GOOGLE MAPS. **São Lourenço do Sul, RS**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/São+Lourenço+do+Sul+-+RS,+96170-000/@-31.2278476,52.6548555,9z/data=!4m5!3m4!1s0x951066a0776bb0eb:0x10b72d26788afb19!8m2!3d-31.3628498!4d-51.9818>>. Último Acesso em 20 setembro 2017.

HAVERROTH, C. **Extensão rural pública: métodos, possibilidades e limites para a transição agroecológica no oeste catarinense**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Santa Maria/RS. 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/158904>. Acesso em: 29 outubro 2017.

HILSINGER, R. **Os Efeitos do Pronaf no Setor Primário de São Lourenço do Sul, RS – 1996/2006**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Governo Federal. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431880&search=rio-grande-do-sul%7Csao-lourenco-do-sul>. Último Acesso em 11 abril de 2017.

LIMA, Maria I. F. **Paisagem, território e sistemas agrários: Um estudo em São Lourenço do Sul, 2006**. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11010/000602635.pdf?sequence=1>>. Acesso em 18 de jun. 2017.

LIMBERGER, V, da S. **Efeitos das políticas públicas do governo Brasileiro sobre a produção do fumo**. Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural. UFRGS, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/97700/000915725.pdf?sequence=1>>. Último acesso em 28, agosto de 17.

LUTZENBERGER, J. A. **O absurdo da agricultura**. Estudos Avançados, São Paulo, USP, SITE MAA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **MMA. Cooperativismo Rural** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>>. Último acesso em 5, setembro de 2015.

NUNES, S. P. **O Crédito Rural do Pronaf e os Recentes Instrumentos de Política Agrícola Para a Agricultura Familiar**. Deser – Boletim Eletrônico, Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais. Nº 156 – 2007. Último acesso em 07, setembro de 17.

REICHERT, L. J. et al. **Caracterização e Análise da Produção da Batata Nos Municípios De São Lourenço Do Sul - Brasil e Sanlúcar de Barrameda – Espanha**. Revista Extensão Rural, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVIII, nº 22. Último acesso em 07, setembro de 17.

RIBEIRO, Cristine Jaques. **As manifestações dos modos de viver caboclo: Uma Cartografia Coletiva num assentamento de reforma agrária**. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Tese (Doutorado

em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. 143p. Último acesso em 07, setembro de 17.

SENADO. **Artigo 225**. Constituição Federal Brasileira. Texto compilado até a Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016), Constituição Brasileira. Disponível em:< [https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988\\_15.12.2016/art\\_225\\_.asp](https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_225_.asp)>. Último Acesso em 25 setembro 2017.

SILVA, L da S. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. Tese de doutorado apresentada ao Curso de pós-graduação em Economia Como quesito parcial à obtenção do Título de Doutor em Economia. Porto Alegre, UFRGS. 2002. Último Acesso em 11 abril 2017.

SINDITABACO. SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FUMO. **SINDITABACO**. Disponível em: < <http://sinditabaco.com.br/a-entidade> >. Último acesso em 5, setembro de 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. **Metodologia de avaliação das políticas de diversificação em áreas cultivadas com tabaco**. 2008 . Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/151112> >. Último Acesso em 25 setembro 2017.

SOGLI, Fábio D. **A crise ambiental planetária, a agricultura e o desenvolvimento**. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.Pag 13 a 32. Último acesso em 07, setembro de 17.

SOUZA, I. S. F; CABRAL, J. R. F. **Ciência como instrumento de inclusão social**. Brasília. DF. Embrapa, 2009, c. 1, p. 22. Disponível em:<http://livraria.sct.embrapa.br/livresumos/pdf/00083270.pdf> Acesso em Junho de 2017.

TEIXEIRA, J, C. **Modernização da agricultura no brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais**. 2005. Disponível em: <[seer.ufms.br/ojs/index.php/RevAGB/article/download/1339/854](http://seer.ufms.br/ojs/index.php/RevAGB/article/download/1339/854)>. Acesso em junho de 2017. v. 15, n. 43, p. 61-73. Último acesso em 07, setembro de 17.

WAGNER, S. A. **Extensão Rural No Brasil: Raízes Históricas E Os Modelos Clássicos De Intervenção**, Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. Último Acesso em 11 abril 2017.

WANDERLEY, N. **Agricultura Familiar e Sustentável**. Passo fundo – RS, 2001, Pag. 405. Disponível em:< <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>>. Último Acesso em 11 abril 2017.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO (EMATER)**

Nome:

Órgão:

Função:

Data:

1. A EMATER, como órgão que tem como objetivo ajudar a desenvolver ações de extensão rural junto aos produtores rurais de agricultura familiar, acredita na viabilidade das propriedades com a diversificação de atividades?

2. Você acredita que a EMATER tem atuado efetivamente como educadora do meio rural?

3. Quais os métodos de disponibilizar as, informações aos agricultores e estes são realmente efetivos no público de São Lourenço?

4. A EMATER tem por objetivo trabalhar a inclusão e desenvolvimento com diversos públicos como remanescentes quilombolas, pescadores, indígenas, pecuaristas familiares e agricultura familiar, existe projetos da EMATER em São Lourenço do Sul voltados para diversificação para esses diversos públicos? Se SIM, está tendo resultados favoráveis?

5. Existe no país, estado ou região, modelos de propriedades que se utilizara da diversificação para melhorar sua qualidade de vida e ganhos econômica que a EMATER tenha participado? Se sim poderia citar algumas?

6. Há ações e projetos para região que possam ajudar os agricultores a implantarem novas técnicas e diversificarem suas propriedades? Estas tem trazidos resultados positivos e consistentes?

7. Qual é o perfil dos agricultores em São Lourenço do Sul que a EMATER mais atua?

8. Tendo conhecimento na região e nos atores nos quais a EMATER trabalha diariamente, seria possível implementar projetos de diversificação com boa aceitação do público?
9. Quais são as condições favoráveis para diversificação em São Lourenço do Sul?
10. O que seria um obstáculo para quem implantar diversas atividades na propriedade na região?
11. Qual a visão da instituição em relação a pratica da monocultura das propriedades de São Lourenço do Sul? Quais seriam mais frequentes atualmente?
12. Que atividades além do fumo poderiam gerar renda semelhante para os agricultores?
13. Qual a posição da EMATER sobre a relação do “agricultor e empresa fumageira”, onde é criada uma fidelidade em troca de assistência técnica ou garantia de compra do tabaco?
14. Há políticas de incentivo da prefeitura e/ou do governo estadual para que os agricultores não trabalhem somente com uma única cultura? Se SIM, quais?
15. Qual o papel da prefeitura municipal em relação ao agricultor que deseja modificar sua linha de trabalho? (Monocultura para diversificação)
16. O PRONAF é uma linha de credito efetiva para a agricultura?
17. O PRONAF, utilizado para ajudar na diversificação, facilita um sistema ou condiciona a uma monocultura?
18. Algumas políticas como PNAE, PAA, SEAF e PROAGRO MAIS, são de fácil acesso ao produtor e podem ajudar realmente na diversificação ou em ganho econômico se bem aplicados?

19. A EMATER acompanha o agricultor em relação a estas linhas de crédito?
  
20. As Políticas públicas e linhas de crédito atendem o produtor de São Lourenço efetivamente?